



**A (In)visibilização da Mulher Negra em Portugal - A
dupla discriminação silenciada.**

Sanie dos Santos Reis

**Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres: A
Mulher na Sociedade e na Cultura**

Setembro de 2019

“Versão corrigida e melhorada após defesa pública”

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos sobre as Mulheres, realizada sob a orientação científica da Profª Doutora Dalila Cerejo e a coorientação científica do Prof. Doutor Manuel Lisboa.

Dedico este trabalho académico às mulheres que lutaram e que lutam em prol da visibilização, da representatividade, da igualdade e dos direitos das mulheres negras.

Resumo

Sendo residente em Portugal há mais de oito anos, sempre me inquietou o facto de quase inexistirem na academia portuguesa mulheres negras nos cursos de licenciaturas, nos mestrados, nos doutoramentos ou nos pós-doutoramentos.

Os espaços onde vemos mulheres negras na academia, e não só, são espaços de trabalhos subalternizados, onde as mulheres negras trabalham maioritariamente nas limpezas.

Embora comecem a surgir na academia portuguesa mulheres interessadas em estudar o feminismo negro de forma mais aprofundada, são poucos os trabalhos académicos encontrados em Portugal com esta referência.

Há alguns trabalhos que analisam a mulher negra na comunicação, nas artes e na cultura e pouco mais que isto. Falta ainda falar sobre a realidade vivida no dia-a-dia e ouvir as vozes que estão silenciadas há muito.

Além disso, temos a percepção de que em Portugal o número de negros residentes é uma pequena parte no todo da população, comparativamente ao número de brancos, apesar de inexistirem dados estatísticos que o comprovem (INE).

As teorias da interseccionalidade, da dominação masculina e da identidade de género que podem ajudar-nos a explicar algumas posturas, atitudes e comportamentos que são tão difíceis de serem desconstruídos como o racismo, a discriminação e o sexismo, serão a base para a interpretação empírica deste trabalho.

A razão que me move a escolher a mulher negra como figura principal desta dissertação é o facto de a perceber vivenciando na primeira pessoa, enquanto mulher e negra, além de tentar perceber de que forma a sociedade e o Estado português pretendem minorar a invisibilização e discriminação destas mulheres, criando condições de igualdade a todos os níveis (Henriques, 2018).

Tentando através deste estudo perceber que outros cargos ocupam em Portugal, qual o seu nível de escolaridade e se este interfere nos cargos, e de que forma. E ainda quais são as mudanças que estas mulheres desejam ver acontecer na sociedade portuguesa.

Palavras-chave: Mulheres negras, racismo, género, feminismo negro, discriminação, invisibilização, interseccionalidade, igualdade e representatividade.

Abstract

Being a resident in Portugal for more than eight years, I have always been worried about the fact that black women are almost inexistent in the Portuguese Academy among undergraduate, masters, doctorates programmes or among post-doctoral candidates.

The spaces where we see black women in the academy, and not only, are the subordinated ones, where black women work mostly in cleanings.

Although it begins to emerge in the Portuguese Academy women interested in studying black feminism in a deeper way, there are few academic works found in Portugal with this reference.

There are some works that analyze the black woman in communication, in the arts and culture and little more than this, we still need to talk about the reality lived in the day-to-day, and listen to the voices that are long silted.

Furthermore, we have the perception that in Portugal the number of black residents is a small part of the population, compared to the number of whites residents, although there are no statistical data that support this asymmetry (INE).

The theories of intersectionality, male domination and gender identity that help explain some postures, attitudes and behaviors that are so difficult to deconstructed as racism, discrimination and sexism, will be the basis for the empirical interpretation of this work.

Thereby, the reason that lead me to choose the black woman as the main figure of this dissertation is based in the fact that I personally perceive her experiencing in the first person, as a black woman, besides trying to understand how society and the Portuguese State intend to undermine the invisibilization and discrimination of these women by creating conditions of equality at all levels (Henriques, 2018).

Trying through with this study to understand what other positions these women occupy in Portugal, what is their level of education and whether it interferes in job positions, and also intend to get to know what changes these women wish to see happen in the portuguese society.

Keywords: black women, racism, gender, black feminism, discrimination, invisibilization, intersectionality, equality and representativeness.

Agradecimentos

Agradeço a Deus.

À minha família, por ser o meu alicerce, onde vou buscar forças sempre que preciso, pela motivação diária, por me compreender e incentivar a prosseguir em todos os momentos. Amo-vos incondicionalmente.

Aos meus amigos de perto e de longe, que estão sempre presentes com apoio, motivação e boa energia.

Às colegas de mestrado Ana Almeida e Kauanny Matias, que foram cruciais quando a força faltava, ajudando-me nas inúmeras tardes de sábado, onde os estudos estavam aliados às risadas e ao maravilhoso convívio. Sem vós teria sido muito complicado.

Aos meus professores, que marcaram todo o meu percurso, impulsionando-me ao aprendizado e às reflexões. Ser-vos-ei eternamente grata pelos ensinamentos.

Em especial, à minha orientadora, Professora Doutora Dalila Cerejo, que me apoiou na “minha causa” sem nunca pôr em questão o que me movia, e ao meu coorientador, Professor Doutor Manuel Lisboa, que durante a minha licenciatura fez com que em mim despertasse o interesse pelas questões sociais do género e da violência de género, sendo ele um grande motivador para o meu ingresso neste mestrado.

Às minhas entrevistadas, pelas mulheres lindas e fortes que são, e que têm a convicção de estarem a fazer a diferença na vida dos seus, preparando-os para as mudanças sociais que desejam ver acontecer.

A todas as mulheres importantes e fortes da minha vida, que me ajudaram a tornar-me na mulher que hoje sou.

A todas as mulheres e meninas negras que sofreram e ainda sofrem discriminações todos os dias apenas por causa da cor da pele; não se entristeçam e não sintam vergonha, pois a cor da vossa pele é linda!

E a Portugal, este maravilhoso país de boas gentes que me recebeu e me acolheu, e ao qual serei eternamente grata por tudo o que me tem proporcionado aqui viver.

Índice

Lista de abreviaturas.....	7-8
Introdução.....	9-12
Capítulo I - Enquadramento Teórico	
1.1) O pós colonialismo	13-15
1.2) O racismo estrutural.....	16-18
Capítulo II – As questões de género, os movimentos feministas negros e a discriminação de género.	
2.1) As questões de género	18-19
2.2) Os movimentos feministas negros.....	20-24
2.3) A discriminação de género	24-29
Capítulo III - A (In)visibilização das Mulheres Negras.	
3.1) A Interseccionalidade e o pluralismo discriminatório. Como eles se propagam nas sociedades brasileira, norte-americana e portuguesa.....	29-40
3.2) Principais semelhanças e diferenças nas três sociedades.....	41
Capítulo IV- A perceção das mulheres negras em relação à dupla discriminação.	
4.1) Considerações metodológicas.....	42-43
4.1.1) A dupla (in)visibilização na primeira pessoa.....	43-49
4.1.2) Um olhar sociológico sobre a (in)visibilização nalguns espaços e tempos de Lisboa.....	50-51
Capítulo Final – Considerações finais.....	52-55
Poema.....	56
Bibliografia.....	57-60
Anexos.....	61-64

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

ABJD	Associação Brasileira de Juristas pela Democracia
ANGOP	Agência Angola Press
ANPT	Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
CITE	Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
CSE	Conselho Superior de Estatística.
DeFEMde	Rede Feminina de Juristas
EUA	Estados Unidos da América
GNR	Guarda Nacional Republicana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INE	Instituto Nacional de Estatística
INMUNE	Instituto da Mulher Negra em Portugal
ISCTE	Instituto Universitário de Lisboa
IVJ	Índice de vulnerabilidade juvenil violência e desigualdade racial
Jus soli	Expressão latina e termo jurídico que exprime o princípio através do qual uma pessoa tem o direito a uma nacionalidade consoante o seu local de nascimento.
LBTQI	Lésbicas, Bissexuais, Transgéneros, Queer e Intersexuais
NOVA FCSH	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PADEMA	Plataforma de Desenvolvimento da Mulher Africana
PSP	Polícia de Segurança Pública

SOS Racismo Associação contra o Racismo em Portugal

UCLA Universidade da Califórnia em Los Angeles

UMAR União de Mulheres Alternativa e Resposta

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Introdução

Esta dissertação pretende abordar um problema social que é a invisibilização da mulher negra numa sociedade patriarcal, a portuguesa, e trazer reflexões e promover o debate sobre como é viver na condição de invisibilização uma vez que é no processo social que se origina a pessoa e através dele é que o indivíduo consegue emergir (Mead et al., 1939). Além disso, pretende-se igualmente refletir sobre as mudanças que precisam acontecer urgentemente na sociedade portuguesa para que tal situação seja alterada (Henriques, 2018).

Nesse contexto, pretende-se também discutir dois temas ainda vistos e sentidos socialmente como “tabus”. Um primeiro diz respeito à condição de invisibilização da mulher negra em que a sociedade portuguesa ao estigmatizá-la (estruturalmente sendo vista apenas como a senhora das limpezas) a coloca na base da pirâmide social. Um segundo tema diz respeito ao facto de que, diferentemente da mulher branca, a mulher negra sofre duplamente das mais variadas formas de violência, discriminação e racismo, apenas por ter a cor da pele escura (hooks, 1984).

A mulher negra em Portugal, já discriminada por ser mulher, sofre ainda processos de invisibilização estrutural que tornam essa dupla discriminação (ser mulher e negra) ainda mais oculta e, por isso, difícil de analisar e desconstruir (Ribeiro, 2017). Para compreender estes processos, tentarei perceber, através de estudos já realizados sobre a temática da discriminação, se as mulheres negras nos acessos aos mais variados segmentos estruturais e institucionais da sociedade portuguesa, relativamente às mulheres brancas, estão em situação de desigualdade. Além disso, se existem tais desigualdades, tentar-se-á perceber se estas começam pelo tratamento diferenciado que o Estado português confere a estas cidadãs pelo facto de não as reconhecer como nacionais, desigualdades estas motivadas pela sua ascendência e o seu tom de pele (Henriques, 2018).

Debruçar-me-ei ainda sobre questões atuais como a desvalorização do lugar de fala (Ribeiro, 2017), a ausência nos cargos de prestígio e a baixa escolarização (Roldão, 2017) que impossibilita o acesso a melhores empregos, “empurrando” as mulheres negras para os trabalhos precários e subvalorizados, concomitantemente com as piores condições de moradia (Henriques, 2018). Também o racismo estrutural, a desigualdade

salarial com os homens, a falta de conscientização por parte dos homens de que têm de participar nas tarefas da casa e da família, a ausência de representatividade nos média sociais (Roldão, 2017), são alguns dos temas que emergiram no decorrer das entrevistas da maioria das mulheres negras entrevistadas e que serão vistos e analisados nesta dissertação.

O enquadramento teórico desta dissertação foi construído a partir de uma reflexão teórica e académica, já realizada por outros autores, e que emerge da premissa do racismo estrutural – no qual se considera que este foi ratificado em todas as sociedades colonizadas, e cuja observação se dá pela submissão (obrigatória) do género feminino negro à dominação do colono patriarcal branco do género masculino – sobre outras duas sociedades nas quais estas questões têm um maior impacto e visibilidade, nomeadamente as sociedades norte-americana (hooks, 1984) e brasileira (Ribeiro, 2017). Sociedades estas onde há um historial de grande violência contra as mulheres negras e que também passaram pelas situações de colonialismo e escravatura. A linha temporal utilizada para o enquadramento teórico foi a dos anos 50/60 do século XX, quando a visibilização da mulher negra tem o seu início nos EUA com o advento dos movimentos feministas e do feminismo negro, após todos os séculos de opressão oriundos do colonialismo pelo qual passaram até os dias atuais (hooks, 1984).

Nesse âmbito observou-se o aumento significativo dos números do feminicídio no Brasil entre os anos de 2003 a 2013 (Atlas da Violência 2018, p.51, 2018), que é dos países no mundo onde há mais casos de feminicídio de mulheres negras, percebendo-se um alarmante sinal dos tempos de violência contra as mulheres que estamos a viver.

“A taxa de homicídios foi maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença foi de 71% na última medição. Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto entre as não negras houve queda de 8%” (Atlas da Violência 2018, p.51, 2018).

Comparativamente ao Brasil, nos EUA a violência contra as mulheres negras só perde para a violência contra os homens negros. Segundo um estudo realizado pela ONU, o índice de vulnerabilidade juvenil (IVJ) - violência e desigualdade racial, nos

EUA os negros são 12 vezes mais vulneráveis a serem assassinados do que nos países desenvolvidos.

São números tão alarmantes, que o atual secretário-geral da ONU, António Guterres, em sede de Assembleia, pediu que haja uma maior preocupação das sociedades relativamente às desigualdades, à inclusão, ao respeito pela diversidade e à tolerância, e nesse sentido listou “*questões urgentes pendentes, como a desigualdade de género; o ‘aumento alarmante’ da xenofobia, do racismo e da intolerância; e um ressurgimento dos partidos políticos de extrema-direita e dos pontos de vista neonazistas*”.

O discurso da diretora-geral da Unesco, Audrey Azoulay, também não foi diferente. Segundo ela “*De insultos e humilhações a crimes de ódio e massacres, das dificuldades de se obter acesso ao mercado de trabalho às práticas racistas institucionalizadas, a discriminação racial assume muitas formas, que às vezes são extremamente brutais, enquanto em outras são ocultas e dissimuladas*”.

Diante de todo este quadro social, torna-se fundamental analisar a situação das mulheres negras invisibilizadas em Portugal em conjunto com as problemáticas do racismo e da discriminação. Não há em Portugal estudos nacionais que abordem estas questões diretamente vinculadas às mulheres negras e é urgente iniciá-los.

Para análise metodológica, contei com dez mulheres negras de diversas classes sociais, profissões, escolaridade e idades. Elas foram entrevistadas de forma individual ao longo de vários dias e em locais diferentes (através do método bola de neve). Foi também realizada, em autocarros (Lisboa) e comboios (Linha de Sintra) nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, uma observação não participante.

Paralelamente, foi também realizado um inquérito online (metodologia quantitativa) que foi disponibilizado no perfil da minha conta da rede social Facebook.

No primeiro capítulo os temas abordados são o pós colonialismo e a dominação do homem branco cisgénero europeu em relação às mulheres negras. Tentar-se-á ilustrar como é que a reprodução social pela qual as mulheres negras passam nos dias atuais se deve muito ao que vêm sofrendo desde o surgimento do colonialismo, da escravatura e da apropriação por parte dos colonos dos seus corpos, mormente enquanto propriedade e objeto (hooks, 1984).

No segundo capítulo será analisada a questão da dominação masculina (Bourdieu, 2010), do surgimento da denominação género (Beauvoir, 1949), as diferenças entre género e sexo (Butler, 2017) e de que forma o racismo estrutural foi construído e reproduzido nas sociedades ao longo dos cinco últimos séculos (hooks, 1984). Além disso, far-se-á uma breve introdução explicativa sobre o surgimento do feminismo (Scott, 1995), a construção da trajetória dos movimentos feministas negros (Davis, 1982) e como se dá a discriminação de género nas sociedades brasileira, norte-americana e portuguesa nos nossos dias, sociedades com histórico colonialista.

No terceiro capítulo através do conceito da interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw sublinho alguns casos, tentando descrever a reprodução da invisibilização da mulher negra nas sociedades brasileira (Ribeiro, 2017), norte-americana (Davis, 1982) e portuguesa (Henriques, 2016) ao longo do tempo, culminando numa abordagem dos contextos sociopolíticos e económicos atuais.

No quarto capítulo serão relacionadas algumas teorias científicas com as informações obtidas nas entrevistas que foram realizadas com as dez mulheres negras, onde serão descritos os pontos que se cruzam nos perfis das entrevistadas, resultantes das respostas obtidas através das respetivas vivências e das discriminações por elas sofridas.

No último capítulo, o das considerações finais, é feita uma síntese da análise obtida nas obras pesquisadas sobre a problemática da discriminação, do racismo e da invisibilização das mulheres negras a nível nacional e internacional, das dificuldades encontradas para a realização deste trabalho académico, das similaridades encontradas nas entrevistas e da experiência adquirida no decorrer desta escrita.

A parte final do último capítulo refletirá sobre a interpretação obtida no contato com as entrevistadas e a perceção sobre o que as mulheres negras (entrevistadas) pretendem ver acontecer como melhoria nas vidas das futuras gerações de mulheres negras na sociedade portuguesa.

Finalizo este trabalho com alguns aspetos conclusivos e a pretensa esperança que eles possam vir a dar pistas e contributos para mudanças sociopolíticas, deixando como sugestão algumas alterações na legislação, a fim de torná-la mais inclusiva e igualitária para as minorias étnico-raciais em Portugal.

Capítulo I

Enquadramento teórico

1.1. O pós colonialismo

A invisibilização da mulher negra como a conhecemos nos nossos dias tem a sua origem no colonialismo, oriunda da dominação do masculino (Bourdieu, 2010), e no ratificar da submissão feminina (Butler, 2017), e continua a acontecer por todas as ex-colónias que um dia “pertenceram” a Portugal, perdurando até aos dias de hoje na sociedade portuguesa (Henriques, 2016).

É importante esclarecer o que é a masculinidade e a feminilidade para percebermos como se dá a discriminação e o sexismo nas sociedades atuais, para percebermos a questão da dominação masculina.

Para Bourdieu, a masculinidade é uma construção social que confere ao indivíduo do sexo masculino o “poder” e a “dominação” em relação ao indivíduo do sexo feminino, que deverá ser subordinado à vontade do primeiro nas relações sociais e comportamentais em sociedade (Bourdieu, 2010).

Numa escala semelhante a nível de interpretação científica, e diametralmente oposta a nível de crítica (intrínseca), Butler (1998) diz que a feminilidade se “representa na submissão” do sexo feminino em relação ao sexo masculino.

No caso da mulher negra, a feminilidade apontada desde sempre a si e que considera o seu corpo enquanto um objeto “*disponível para os desejos eróticos de homens é resultado de um processo e construção de estereótipos com propósitos exploratórios e de subjugação. O processo colonial e as relações de poder têm, como um de seus matizes, o questionamento de identidades*” (Borges, 2017). Identidades estas que estão intimamente ligadas às questões do género e às questões do género feminino negro.

“(...) o termo género é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente

explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade de dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo 'gênero' torna-se uma forma de indicar 'construções culturais' - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (Scott, 1995, pp.28-50).

Considerando esta análise de Scott neste trabalho, percebemos a relação entre a mulher negra submissa e escravizada, que através do “sexo forçado” com o colono branco cisgênero gerava o(a) filho(a) bastardo(a) deste, que viria a ser por ele também escravizado(a), aumentando a força de trabalho em quantidade de mão-de-obra que o colono necessitava.

Para algumas teóricas feministas, como Sulamith Firestone, a resposta para explicar o poder patriarcal assentava na reprodução, para outras como Mary O’Brien assentava na sexualidade, o que nos ajuda a entender a demonização da sexualidade e objetificação pela qual passam os corpos femininos negros.

MacKinnon em seu livro *Toward a feminist theory of the State* de 1989 foi muito perspicaz a dizer que “*A objetificação sexual é o processo primário de sujeição das mulheres. Ela liga o ato com a palavra, a construção com a expressão, a percepção com a efectivação, o mito com a realidade. O homem fode a mulher; sujeito verbo objeto*” (Scott, 1995, p.77)

A dominação masculina sobre as mulheres negras, fruto do colonialismo europeu e da escravatura, enraizou-se nas sociedades europeias e latino-americanas de forma estruturante, tanto assim que, mesmo depois de quase duzentos anos do fim da escravatura, ainda existem sociedades que insistem em tratar os negros e principalmente as mulheres negras como se esta não houvesse acabado (Henriques, 2016).

Nas sociedades europeias e ex-colónias existe uma forte negação, que é quase unânime, em admitir o contributo ou a “colaboração cultural” proveniente dos povos negros. Como se a cultura trazida de África e enraizada nestas sociedades fosse apagada, esquecida ou simplesmente desmerecida por não a considerarem importante, sendo vista e percebida como cultura arcaica ou cultura primitiva, denotando um extremo preconceito com o desconhecido (Lévi-Strauss, 1952).

Com o fim da colonização, visto que dantes os corpos das mulheres escravizadas eram objetificados pelos colonos, pela sociedade branca e patriarcal como sua propriedade, nos dias de hoje a mudança passa apenas pela nomenclatura. Como refere o antropólogo brasileiro Roberto da Matta “*a empregada doméstica de hoje é a escrava de ontem*”, porque a forma de tratamento é igualmente discriminatória, desigual e não inclusiva (Henriques, 2018).

“Para a maior parte das raparigas e mulheres, bem como para a maior parte dos rapazes e homens, era duro o trabalho nos campos desde o amanhecer ao anoitecer. Onde o trabalho era considerado, força e produtividade debaixo do tratamento da ameaça do chicote e do sexo. Neste sentido, a opressão para as mulheres era idêntica à opressão para os homens. Mas as mulheres também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres.” (Davis, 1982, p.11)

As mulheres negras subalternizadas e inferiorizadas quer pelos seus patrões/patroas brancos/brancas, quer pelos seus maridos/mulheres independentemente da sua cor, sofrem duplamente porque nesta pirâmide social a mulher negra está na base e o homem branco, europeu, patriarcal e cisgénero está no topo da pirâmide como na época do colonialismo, ou seja, pouco ou nada mudou de lá para cá na condição da mulher negra (hooks, 1984).

As mudanças esperadas ainda distam dos discursos de racismo e da discriminação racial presentes e crescentes em sociedades que representam grandes potências mundiais, ratificando e propagando a disseminação do racismo nas estruturas das sociedades modernas e ocidentais.

1.2. O racismo estrutural

Para Sílvio Almeida, jurista e filósofo, o racismo estrutural “*é visto e sentido na sociedade como algo ‘normal’, constituindo as relações no seu padrão de normalidade, que está presente nas relações sociais, políticas, jurídicas e económicas*”, fazendo com que a responsabilidade pelos atos de racismo não seja punida.

Em Portugal podemos dizer que o racismo se encontra estruturalmente fragmentado (Machado, 2001) porque ainda não possui uma presença forte dentro dos partidos com maior visibilidade e poder político, talvez influenciado pelo lusotropicalismo (Freyre, 1931), onde prevalece a ideia do racismo subtil, ou talvez porque o racismo em Portugal não seja abertamente declarado.

Insiste em existir em Portugal uma perceção colonialista, como refere António Tomás numa entrevista concedida a Joana G. Henriques em 2018 e publicada no livro *Racismo no país dos brancos costumes*. Tomás refere que “*não há um racismo de ódio, mas um racismo ‘paternalista e de inferiorização’ dos negros, uma continuidade da ideia de que o ‘branco é o patriarca e os negros são escravos’*”.

É comum ouvirmos de indivíduos brancos quando querem dizer que não são racistas a seguinte frase: “*Eu não sou racista, eu até tenho amigos pretos*”. Se não for esse o maior sinal de racismo (in)consciente, precisamos urgentemente de saber qual é.

É de observar que maioritariamente as mulheres negras portuguesas e de ascendência africana que vivem em Portugal possuem um baixo nível de escolarização, o que as empurra diretamente para os trabalhos precários e mal remunerados, e que estas situações favorecem as reproduções sociais num círculo vicioso (Roldão, 2017).

São vários os tipos de discriminação que as mulheres negras de um modo geral sofrem em sociedade, e precisamos perceber que estando no limiar das estruturas sociais mais desfavorecidas é maior o grau de violência do qual elas são vítimas (Almeida, 2018).

“Se a violência nas relações de intimidade é, por si só, uma obscuridade da vida familiar, é nossa hipótese que tal obscurantismo é ainda mais marcante quando falamos nas

‘outras mulheres, as que não são brancas, as imigrantes, as irregulares’.” (Duarte e Oliveira, 2012)

Dada a ausência de dados estatísticos que permitam traçar um perfil socioeconómico e cultural destas mulheres, torna-se neste momento impossível quantificar o número de mulheres negras vítimas dos mais variados tipos de violência como o feminicídio, homicídio, suicídio, violações, violência doméstica e de género em Portugal.

Muito provavelmente o racismo estrutural tem como mola propulsora a modernidade e a globalização. Segundo Giddens, as sociedades tendem a “mistificar” e a impor o medo a tudo o que não é nacional, não é da própria cultura, não pertença à sua tradição e que não faça parte da sua identidade.

“Um exemplo dos muitos que poderiam ser oferecidos é o da ascensão dos nacionalismos locais na Europa e em outros lugares. O desenvolvimento de relações sociais globalizadas serve provavelmente para diminuir alguns aspectos de sentimento nacionalista ligado ao estado-nação (ou alguns estados), mas pode estar causalmente envolvido com a intensificação de sentimentos nacionalistas mais localizados. Em circunstâncias de globalização acelerada, o estado-nação tornou-se ‘muito pequeno para os grandes problemas da vida, e muito grande para os pequenos problemas da vida’. Ao mesmo tempo em que as relações sociais se tornam lateralmente esticadas e como parte do mesmo processo, vemos o fortalecimento de pressões para autonomia local e identidade cultural regional.”
(Giddens, 1990, p.42)

O machismo, o patriarcado e o colonialismo construíram e enraizaram nas sociedades a base do racismo estrutural, ratificando que somente a opinião dos homens (brancos) tivesse validade, pondo a mulher branca na situação de cidadã de segunda categoria e a mulher negra na situação de objeto (hooks,1984). O facto é que não devemos categorizar o racismo como bom ou mau. Existe sim uma discriminação de género que atinge maioritariamente as mulheres, portanto é censo comum nas estruturas

sociais e visto de forma natural e aceitável que haja dentro do racismo um género a ser mais discriminado (Almeida, 2018).

Capítulo II

As questões de género, os movimentos feministas negros e a discriminação de género

2.1. As questões de género

Antes de tudo importa definir o que vem a ser género. Para Butler género é um conceito culturalmente construído que é diferente do sexo que foi naturalmente adquirido ao nascimento e imposto pela socialização do indivíduo na sociedade e que, neste caso, é esta socialização que vem definindo culturalmente a quem se deve atribuir as características da força e da fragilidade, da submissão e da dominação, de quem manda e de quem obedece.

“A questão de género é importante em todo o mundo. É importante que comecemos a sonhar e a planear um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos. E é assim que devemos começar: precisamos de criar as nossas filhas de uma maneira diferente. Também precisamos de criar os nossos filhos de uma maneira diferente.” (Adichie, 2012, p.241)

Para Beauvoir é clara a intenção do patriarcado e do machismo histórico de tipificar a mulher, anulando-a e negando-a nas sociedades, por isso Beauvoir cunha a mulher na perspetiva do masculino, de “o outro” que faz com que a mulher perca a sua identidade na sociedade, sendo posta de parte e sem ter direito ao seu lugar da fala (Ribeiro, 2017), dando voz e legitimando o homem branco como ser superior e absoluto.

Para Scott o género é uma construção social que não pode estar dissociado de dois patamares que são o saber e o poder das diferenças sexuais, estando eles associados ao pensamento enraizado da dualidade hierarquizada na sociedade.

Não esqueçamos que tanto Simone de Beauvoir como Joan Scott partilhavam do mesmo pensamento analítico referenciado nas obras de Michel Foucault e da sua noção de poder, que assentava em três pilares, “poder, direito e verdade”, uma vez que a seu ver o poder não se encontrava “institucionalizado”, nem era uma coisa que se podia ceder a alguém através de um contrato. Para ele o poder “reprime ao mesmo tempo que tem o efeito de se saber a verdade”.

As abordagens na análise do género para Scott, e que foram editadas pelos historiadores feministas, passam por três posições teóricas. A primeira de tentativa feminista que está empenhada em “explicar as origens do patriarcado”, a segunda está fundada nas teorias de Marx e tem “compromisso com as críticas feministas”, e a terceira está dividida entre o “pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto”.

Scott elucida-nos que para as teóricas do patriarcado, como Catherine MacKinnon, a explicação consiste na subordinação, visto que há nos homens uma necessidade de dominar as mulheres, sendo a reprodução sexual a chave do patriarcado e a objetificação das mulheres a sua maior conquista. Embora, Scott não seja favorável a esta teoria que ao ver de muitos historiadores apresenta problemas, como por exemplo o facto de que as teóricas do patriarcado não conseguiram comprovar/mostrar de que forma a desigualdade de género tem a ver com outras desigualdades. Além do facto dessa teoria se basear apenas numa variável que é a da diferença física (homens têm a força e as mulheres dão à luz).

Particularmente, conduzo a minha análise por esta teoria que traduz as questões de dominação do género masculino patriarcal branco sobre a submissão do género feminino negro escravizado.

O homem branco cisgénero europeu é o símbolo máximo de poder nas sociedades contemporâneas e encontra-se “meritocraticamente” sentado no “trono” patriarcal, numa herança elíptica do pós colonialismo racista que perdura nos nossos dias, que continua exercendo a sua força (física e não só), subjugando os demais géneros (Henriques, 2018).

2.2. Os movimentos feministas negros

Os movimentos feministas iniciaram-se no século XVII e eram maioritariamente compostos por mulheres brancas.

Estes movimentos tiveram a sua maior projeção mundial nos anos 60 e 70 do século XX quando se tornaram mais populares e destes movimentos feministas saíram as primeiras feministas negras que se recusaram a pactuar com o discurso racista e exclusivo das suas companheiras feministas brancas.

Dá surgiram os movimentos políticos, alguns com conotações raciais como o partido Black Panther (ao qual pertenceu a escritora Angela Davis), nos Estados Unidos da América, oriundo dos movimentos de mulheres negras que se recusaram a continuar nos movimentos feministas que não lutavam as suas causas e romperam com estes, unindo-se aos homens negros para combaterem a discriminação e o racismo do qual todos eram vítimas (hooks, 1984).

A visibilização das mulheres negras, por assim dizer, tem o seu início nos EUA quando o movimento dos direitos civis exclui as mulheres da participação na vida política, aliada ao racismo que excluía as vozes das mulheres feministas negras.

“A minha experiência enquanto mulher jovem e negra não era reconhecida, a minha voz e as vozes de mulheres como eu não eram ouvidas, o mais importante era o movimento ter posto a nu o quão pouco eu sabia de mim, do meu lugar na sociedade.” (hooks, 1984, p.10)

As mulheres negras e feministas americanas romperam com o movimento feminista da época por perceberem que as mulheres brancas feministas não as tratavam como companheiras de luta e igualdade durante o chamado “*Bill of Rights*” (movimento político americano que excluía as mulheres e homens negros dos direitos políticos). Que ao invés de as incluírem agiam ao contrário, tratando-as com desdém, racismo e discriminação, onde as suas vozes não eram tidas em conta e eram menosprezadas (hooks, 1984).

Em 1989, Kimberlé Crenshaw, advogada e professora de Direito da UCLA (Universidade da Califórnia em Los Angeles) e da Columbia Law School, cunhou o conceito da interseccionalidade, que já existia enquanto uma teoria, mas não tinha uma nomenclatura. A interseccionalidade é o momento exato em que há uma intersecção dos diferentes tipos de identidades sociais e biológicas como por exemplo a raça, o género, o sexo, a religião, a sexualidade, etc, que acaba por gerar um sistema de exploração e opressão das mulheres negras dentro das sociedades.

No início, Crenshaw utilizou-se deste conceito para poder tipificar situações que ocorriam dentro do direito e da justiça, que tinham por hábito o julgamento das situações de forma isolada, ignorando as especificidades com que mulheres de diversas etnias e origens têm de lidar de forma conjunta com os vários tipos de identidades sociais e biológicas inerentes a cada uma.

Crenshaw utilizou a primeira vez o conceito e a teoria num caso jurídico real norte-americano no qual foi advogada, o caso da empresa multinacional General Motors (nos EUA) que foi processada por 5 mulheres negras que alegaram que a empresa estava a praticar o racismo e a discriminação contra mulheres negras, uma vez que contratava homens negros e brancos e mulheres brancas, mas não contratava mulheres negras.

A interseccionalidade, como refere Crenshaw, é a intersecção entre vários tipos de discriminação e dinâmicas sociais que se cruzam, como o racismo, a homofobia, a transfobia, a violência, a bifobia, a idade, a deficiência de capacidades mentais e físicas, etc.

“As feministas procuraram compreender de que maneiras o género, raça e classe combinados ‘determinam o destino do feminino.’” (Crenshaw,1989)

“Enquanto grupo, as mulheres negras estão em uma posição invulgar nesta sociedade, pois não só estamos coletivamente no final da escala ocupacional, como o nosso estatuto social, em geral, é mais baixo do que qualquer outro grupo. Ao ocuparmos esta posição, sofremos as consequências da opressão sexista, racista e classista. Ao mesmo tempo, somos um grupo que não é socializado para assumir o

papel de explorador/opressor, na medida em que não nos é permitido explorar/oprimir um 'outro' institucionalizado.” (hooks, 1984, p.12)

Com o passar dos anos e com as políticas de integração racial nos Estados Unidos da América, alguns direitos foram sendo adquiridos por mulheres e homens negros, mas ainda existia o preconceito racial, a discriminação, o racismo e a eugenia por parte dos americanos brancos em relação aos americanos negros.

O racismo, como já referi anteriormente, é estrutural e está intrinsecamente enraizado nas instituições públicas e privadas norte-americanas, sendo a polícia norte-americana aquela que mais mata cidadãos negros no mundo, com a legitimidade concedida pelo Estado a que Max Weber se referia.

Já no Brasil, as organizações de mulheres negras surgem nos anos 50 do século XX quando foi criado o Conselho Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro, com pouca expressão e adesão porque naquela altura estavam a viver numa ditadura.

O feminismo negro no Brasil surge nos anos 70 quando no início do processo da abertura pós ditadura os movimentos começaram a solidificar-se, baseados na vertente estudantil, sindical e nos movimentos sociais. Em 1975 a ONU declara existir um movimento de mulheres no Brasil (Marcelina, 2016).

Nos anos 80, tanto no Brasil como nos EUA, os movimentos feministas de mulheres negras tornaram-se mais fortes com a abertura democrática nos dois países.

Nos anos 90 os movimentos feministas e os movimentos feministas de mulheres negras passam a ter um posicionamento espacial mais global, mais abrangente e mais inclusivo nos EUA, sendo a Conferência das Nações Unidas sobre os direitos das mulheres o seu principal fator de reconhecimento.

Com o advento da internet, uma maior informação em artigos, livros, revistas e jornais sobre os movimentos feministas negros internacionais chega ao Brasil, ajudando a construir novas mentalidades e a ratificar o desejo de mudanças e de igualdade numa sociedade maioritariamente negra e que nessa altura não se revia assim.

Desde o início do século XXI, vemos crescer de forma global o aumento das projeções de movimentos étnico-raciais e uma maior visibilidade nas questões do

feminino, e a ONU vem-se mostrando muito participativa e interessada em diminuir de forma globalizada o racismo, as desigualdades e a discriminação.

Entre os meses de agosto e setembro de 2001 realizou-se em Durban, na África do Sul, a Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância conexa. Ela representa um marco por todos os esforços que foram envolvidos pela comunidade internacional para o combate ao racismo, à discriminação e à xenofobia. Conseguiu reunir mais de “2500 representantes de 170 países, incluindo 16 Chefes de Estado, cerca de 4000 representantes de 450 organizações não governamentais (ONG’s) e mais de 1300 jornalistas” (Alves, 2015, p.4).

“A Conferência Mundial foi convocada, em 1997, pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da sua resolução 52/111, em que se declarou ‘firmemente convencida da necessidade de adoptar medidas mais eficazes e sustentadas a nível nacional e internacional para a eliminação de todas as formas de racismo e discriminação racial’”(ibidem)

A ONU, em 2013, através da sua Assembleia Geral, ratificou também a resolução 68/237¹ sobre as questões raciais e pediu a todos os países membros uma participação igualitária em todos os aspetos das sociedades, criando o que foi chamado de a Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024), cujos principais objetivos são:

- *“Promover o respeito, protecção e cumprimento de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas afrodescendentes, como reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos;*
- *Promover um maior conhecimento e respeito pelo património diversificado, a cultura e a contribuição de afrodescendentes para o desenvolvimento das sociedades;*
- *Adotar e reforçar os quadros jurídicos nacionais, regionais e internacionais de acordo com a Declaração e Programa de Ação de Durban e da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de*

¹ A resolução 68/237 de 2015 é uma resolução criada pela ONU para dar conhecimento da década internacional de Afrodescendentes 2015-2024 cujos temas são: reconhecimento, justiça e desenvolvimento link com o booklet https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/05/WEB_BookletDecadaAfro_portugues.pdf

Discriminação Racial, bem como assegurar a sua plena e efetiva implementação”.

A partir deste momento inúmeros movimentos negros, associações de mulheres negras e institutos foram criados em Portugal, juntando-se a outros que já existiam, na vertente do feminismo negro.

Tendo participado na plateia de alguns debates, palestras e encontros com pessoas de alguns destes institutos e associações, como o Instituto da Mulher Negra em Portugal (INMUNE), cuja Presidente Joacine Katar Moreira é uma lutadora pelos direitos das mulheres negras (e não só) em Portugal, estreitei relações com mulheres que têm feito a diferença em vários aspetos representativos da sociedade portuguesa e que se aliaram à causa das mulheres negras.

Durante a entrevista com Joacine, ela fez-me refletir sobre alguns pontos e por isso alterei o tema da minha dissertação de A (In) visibilidade para A (In) visibilização da Mulher Negra em Portugal- A dupla discriminação silenciada. Sim, porque como Joacine muito bem me fez ver, as mulheres negras **não estão** e **não se sentem invisíveis**, mas são as estruturas da sociedade e o racismo institucional aliados à inércia do Estado Português em promover ações de igualdade que as invisibiliza.

Se existe um género que é alvo direto da discriminação é o género feminino, e se a este género estiver aliada a cor da pele negra, esta intersecção de fatores torna a mulher negra o foco principal da discriminação de género na sociedade (Almeida, 2018).

2.3. A discriminação de género

Existem várias formas de discriminação de género, e podem ocorrer de diferentes formas como a discriminação direta, a indireta e a neutra. A discriminação direta é oriunda de uma norma ou prática, produzindo numa pessoa ou grupo de pessoas tratamento desigual ou desfavorável em função do seu sexo biológico. A discriminação indireta é oriunda de uma medida ou prática neutra, mas que irá prejudicar de forma desproporcional os indivíduos de um dos sexos. E há também a discriminação pela neutralidade de género, que é a que ocorre quando um indivíduo não se sentindo

representado em nenhum género ou sexo, sente-se “obrigado a se enquadrar” num ou noutro para não se sentir excluído social e institucionalmente.

Em Portugal existe legislação aplicável para combater a discriminação de género nas práticas laborais, que se enquadra num conjunto de leis do código do trabalho e é fiscalizada pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

O sexismo enquanto forma de discriminação de género pode ocorrer entre todos os géneros, mas é mais comumente utilizado contra o género feminino, sendo a mulher a sua maior vítima.

O sexismo propaga e dissemina as formas de abuso sexual, de exploração, de assédio, da violência sexual e psicológica entre outras formas que também podem variar, desde afirmações sexistas a piropos ou até mesmo nas atitudes sexistas e discriminatórias pelas quais muitas mulheres passam no seu dia-a-dia nos espaços públicos e privados.

Se o sexismo é um mal dos nossos dias, afligindo as mulheres e meninas como um todo, percebermos que em se tratando de uma mulher ou menina negra isto se torna mais comum, e começa a acontecer muito mais cedo, tendo na socialização primária da escola o primeiro lugar onde tais situações irão decorrer (Ribeiro, 2017).

O Conselho da Europa em reunião de ministros deliberou em março último uma recomendação dirigida aos 47 países membros da organização pan-europeia onde define sexismo como “*uma manifestação de relações de força historicamente desiguais entre homens e mulheres que levam a discriminação e impedem a plena emancipação de mulheres na sociedade*” (O Comité de Ministros, do Estatuto do Conselho da Europa). O texto da recomendação faz menção ainda às questões quotidianas com uma lista de medidas e situações onde o sexismo é aplicado, como a publicidade, os meios de comunicação, a justiça, a educação e o desporto, para além de ratificar que a comunicação e a linguagem não devem “*consagrar a hegemonia do masculino*” (O Comité de Ministros, nos termos do artigo 15 b), do Estatuto do Conselho da Europa).

Uma das formas mais crescentes e violentas de discriminação de género contra a mulher no Brasil é o feminicídio (que no Brasil é classificado como crime hediondo), que ocorre maioritariamente com mulheres negras, e os dados do Mapa da violência de 2015 dizem que nos anos de 2003 a 2013 numa análise do feminicídio/raça a percentagem de mulheres brancas assassinadas diminuiu em 10 por cento, enquanto a

percentagem de mulheres negras assassinadas aumentou em 54 por cento, constatando uma triste e cruel realidade que ameaça meninas e mulheres negras em todas as estruturas sociais do Brasil.

No atual momento político brasileiro vemos algumas situações insensatas, onde o presidente Jair Bolsonaro diz que “*o Brasil não pode ser o paraíso do turismo gay*” e, mais, “*Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade. Agora, não pode ficar conhecido como paraíso do mundo gay aqui dentro*” (em entrevista coletiva), o que além de ser uma declaração homofóbica, incita a apologia à exploração sexual de mulheres brasileiras.

Alguns importantes órgãos e instituições brasileiras como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Nacional de Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), Rede Feministas de Juristas (DeFEMde), Coletivo de Mulheres Defensoras Públicas do Brasil, entre outras dezenas de entidades, não ficaram ao lado da postura misógina do presidente, assinando imediatamente uma petição pública em repúdio à declaração de Bolsonaro.

A comissão de proteção aos direitos da Mulher da OAB-Bahia² criou uma campanha a nível nacional com o seguinte slogan: “*As mulheres brasileiras não são atração turística. Diga não à exploração sexual*”.

Alguns estados brasileiros como o Maranhão e Alagoas lançaram em simultâneo ao ocorrido campanhas de turismo com as seguintes frases: “*O Maranhão está à disposição dos turistas. A mulher maranhense, não*”, “*O litoral, a culinária, o folclore, o artesanato são atrações turísticas de Alagoas. As mulheres não!*”, numa demonstração de que em alguns destinos turísticos brasileiros, onde se tem trabalhado para diminuir a problemática do turismo sexual e da exploração sexual de meninas e mulheres em situação de risco social, a declaração do presidente não é bem-vinda e muito menos aceite.

Para Renata Deiró, presidente da Comissão de Proteção dos Direitos das Mulheres da OAB-Bahia, “*a declaração de Bolsonaro pode estimular ainda mais abusos contra as mulheres negras, que são ainda mais objetificadas e sexualizadas pelos estrangeiros devido ao racismo e machismo estruturais*” (Rádio Brasil de Fato).

² Ordem dos Advogados do Brasil secção do Estado da Bahia.

Não se pode deixar de referir um dos graves casos de interseccionalidade que circulou nos média mundiais que foi o assassinato da vereadora da cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco, que foi brutalmente assassinada no seu carro junto com o seu motorista Anderson Gomes, em 14 de março de 2018, e que até ao momento presente não se apurou quem os matou.

“O caso Marielle”, como ficou conhecido, é um reflexo da apropriação corporal colonialista patriarcal e política, motivada pelos discursos de ódio, de machismo e de homofobia (que estão vinculados ao discurso do atual presidente Jair Bolsonaro) contra uma mulher negra, politizada, ativista, feminista, homossexual e integrante de um partido de esquerda.

E não é só no Brasil que casos de interseccionalidade se apresentam. No mês de julho de 2019 deparámo-nos com algumas declarações racistas, sexistas e xenófobas do presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, nas suas redes sociais.

É público e notório o discurso do presidente contra a imigração e os imigrantes, e a criação do tão controverso “muro” que está a ser construído para separar a fronteira dos EUA do seu país vizinho, o México, para evitar a entrada de mais imigrantes em solo americano, oriundos de países da América Central e da América do Sul.

As declarações feitas por Trump têm nas deputadas congressistas democratas americanas o seu alvo, tendo três delas ascendência originária de outros países (Palestina, Porto-Rico); duas são norte-americanas de nascimento e a terceira nasceu em Mogadíscio e chegou aos EUA como refugiada.

Trump escolheu a sua conta do Twitter (rede social) para escrever no dia 14 de julho último que as nações das três congressistas possuem os governos “*mais corruptos e ineptos em qualquer parte do mundo*” e que elas “*deveriam voltar para os seus países*” (Twitter de Donald Trump).

E ainda questiona: “*Por que elas não voltam e ajudam a consertar esses lugares totalmente quebrados e infestados de crime de onde vieram? Depois, retornem e nos digam como deve ser feito. Esses lugares precisam muito da ajuda de vocês*” e finalizou dizendo “*Essas são pessoas que, na minha opinião, odeiam nosso país. Se vocês odeiam nosso país, se vocês não estão felizes aqui, podem ir embora agora. Eu não sei quem sentirá falta de vocês*” (Twitter de Donald Trump).

Além disso, há inúmeras notícias nos jornais ao redor do mundo sobre a abordagem sociocultural das mulheres negras norte-americanas vítimas de homicídio e da truculência policial que age de encontro às políticas de segregação, racismo, e xenofobia do Estado na atual conjuntura política norte-americana, fomentadas pela política de extrema-direita do governo Trump, o que comprova ser os EUA o país que mais mata mulheres negras no mundo pelas mãos da polícia.

Em Portugal a interseccionalidade não se apresenta de forma diferente de outros países. A socióloga portuguesa Maria do Mar Pereira realizou um estudo que analisou o sexismo nas universidades portuguesas e publicou-o em 2017, dando origem ao livro *Power, Knowledge and Feminist Scholarship: an Ethnography of Academia*.

O estudo mostrou que nos últimos dez anos há um discurso nas universidades portuguesas pela busca da igualdade, da inclusão, e do reconhecimento em se combater a desigualdade de género no meio académico, porém o que se percebe no estudo realizado por Pereira sobre o sexismo nas universidades portuguesas é o oposto do verificado nesse discurso.

Ela ressalta que nas reuniões, nos corredores, nas salas de aulas, ou seja, nos espaços “privados” das instituições, o discurso e o que se observa é exatamente o contrário. Há o desrespeito, a discriminação, a ridicularização das pessoas LGBTQI nas investigações científicas em que elas estejam envolvidas, e a ausência de situações semelhantes com mulheres negras nestes espaços e neste estudo serve para ratificar a inexistência destas mulheres nestes ambientes académicos.

Além disso, tivemos recentemente na sociedade portuguesa uma situação no meio jurídico de grande conotação mediática, onde o juiz desembargador Neto de Moura ao redigir o acórdão do Tribunal da Relação do Porto deixa clara a sua visão machista, sexista e preconceituosa, quando se recusa a agravar a pena a um homem branco, que agrediu violentamente a sua mulher (uma mulher branca) com uma moça com pregos, porque ela tinha um amante.

Neto de Moura utilizou-se da bíblia e do antigo código penal português para a sua argumentação e, após ser ridicularizado por diversos comediantes portugueses e ser confrontado por alguns deputados devido à sua decisão no acórdão, o juiz desembargador ameaçou processar todos, sendo que até o presente momento nada mais foi dito sobre o assunto.

Percebemos através dos média que, nas três sociedades analisadas, existe uma forte discriminação contra as mulheres de forma agressiva e machista, sentindo-se nos órgãos de poder destas sociedades, que ao invés de protegê-las, julgam-nas em suas posturas, atitudes e opiniões, ao mesmo tempo que as condenam sem direito a defesa, legitimando tais posturas através dos seus discursos, para que outros homens também o façam (Ribeiro, 2017).

Para Ribeiro é urgente discutir porque a mulher negra é a maior vítima de todas as formas de violências e discriminações existentes nas sociedades oriundas da colonização, e que não há como dissociar o género da raça e da classe *“E como certas identidades têm sido silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas.”*

“Nas nossas sociedades, as desigualdades de género são socialmente hierarquizada, atribuindo mais poder ao masculino do que ao feminino. A maioria dos actos de violência cometidos por homens contra mulheres expressam a tentativa de perpetuar esse poder. Em alguns momentos, o Estado promove políticas públicas para a eliminação de tais desigualdades; em outros, mesmo que seja pela não ação, acaba por contribuir para a sua reprodução.” (Lisboa, 2016, p.352)

Capítulo III

A invisibilização das mulheres negras

3.1. A interseccionalidade e o pluralismo discriminatório, como eles se propagaram nas sociedades brasileira, norte-americana e portuguesa

Para explicarmos a invisibilização da mulher negra, começaremos a falar da visibilização em primeiro lugar, explicando através da história como se originou para a mulher negra a retirada dos seus direitos pela escravatura.

O ano era o de 1494 e, através do Tratado de Tordesilhas, Portugal e Espanha dividem o mundo ao meio e cada país torna-se o “dono” de uma metade, podendo desbravar, explorar e retirar destas terras que seriam mais tarde “encontradas” ou “descobertas” tudo o que fosse de valor.

Era preciso mão-de-obra para desbravar as florestas selvagens das novas terras d'alm-mar encontradas e torná-las habitáveis, logo a África foram buscar homens e mulheres para o trabalho forçado nestas novas terras. Os negros eram retirados à força de sua terra, de sua casa e levados para nunca mais regressar e muitos morriam durante a viagem de navio que durava meses até ao seu destino (Brasil, EUA e demais países colonizados).

A sociedade brasileira como se conhece nos dias atuais inicia-se no período colonial e nas relações que existiam entre os senhores donos das casas e engenhos e os negros escravizados que viviam nas senzalas pertencentes às casas, como muito bem retrata Gilberto Freyre na sua obra. Ele refere que vê com bons olhos a mestiçagem do povo brasileiro e as relações entre os brancos europeus e os negros africanos, sendo ele um herdeiro do latifúndio brasileiro, homem branco com privilégios.

Os portugueses que foram para o Brasil saíram da Europa para colonizar, explorar e enriquecer. Encontraram os índios que lá viviam e comercializaram os negros escravizados de África para irem trabalhar, percebendo que tinham que se integrar para garantir a posse da terra, por isso a integração deu-se quase de forma “paternalista”(Freyre, 1931).

Primeiro a miscigenação deu-se com as índias (uma vez que não existiam mulheres brancas), logo que os portugueses lá chegaram. Num segundo momento, com a chegada dos negros africanos escravizados, a mulher negra escravizada passou a ser o objeto do desejo do colono. Para Freyre, o que ajudou à junção das três etnias foi o catolicismo (imposto) pela Igreja Católica Apostólica Romana.

A elite branca era o centro do poder, sendo o Senhor do Engenho e dono da Casa Grande o detentor desse poder. A mulher negra, que foi obrigada a ser submissa para conseguir “sobreviver”, foi obrigada a ter sexo forçado com o Senhor do Engenho (Freyre, 1931).

A mulher negra sofria duplamente pelas mãos do senhor e pelas mãos da mulher branca, esposa do Senhor do Engenho, que era extremamente má e violenta (por ciúmes do marido) com ela e com os filhos oriundos dessas relações, os chamados mulatos (Gonzalez,1988).

Falar da invisibilização da mulher negra na sociedade brasileira parece ser um contrassenso uma vez que nos últimos censos do Brasil (IBGE 2018) a população de

negros e a de pardos somadas perfazem 54,9% do total da população brasileira, onde a mulher é maioria.

Até 2018 a percentagem era de 51,1% de uma população feminina para 48,9% para uma população masculina, ou seja, é o mesmo que dizer que o Brasil enquanto Estado invisibiliza a maior parte da sua população, apenas pela sua condição de género e cor da pele. Assim se verifica que se a mulher negra brasileira se sente invisibilizada não é por ser minoria, mas por existir um racismo estrutural e patriarcal que insiste em invisibilizá-la.

São as mulheres negras brasileiras as maiores vítimas de várias atrocidades como o infanticídio, o suicídio, o feminicídio, as violações e os abortos no Brasil, o que os estudos e as pesquisas realizadas sobre o tema já comprovaram.

As mulheres negras no Brasil têm maior qualificação escolar que os homens negros, e apesar disto têm os salários mais baixos, sendo na maioria cuidadoras e as realizadoras de tarefas domésticas (IBGE - Estatísticas de Género)³.

Confirmamos os dados através da XIV Comissão Estadual da Verdade da Escravatura Negra no Brasil (2015) – OAB-RJ⁴, que diz ser desde a colonização que a mulher negra foi escravizada e teve de lidar com os mais terríveis castigos, como a retirada da sua prole, escravatura sexual, estupros, mutilações, prostituição forçada, etc.

Desde o fim da escravatura pouco mudou na sociedade brasileira referente aos direitos das mulheres negras. Elas continuam a ser as maiores vítimas de violências diversas, e o corpo feminino negro continua a ser visto como “objeto de erotização e sexualidade” (Henriques, 2016).

Nos anos a seguir ao pós colonialismo, as mulheres negras começaram a ter visibilização quando surgiram os primeiros movimentos negros de mulheres, que se reuniam em associações e instituições não governamentais pelos anos 80 (Gonzalez, 1983).

Há registos nos EUA do primeiro navio holandês a levar negros africanos (escravizados) para a América do Norte, mais precisamente para a Virgínia no ano de

³ IBGE - Estatísticas de género: Indicadores sociais das mulheres no Brasil.

⁴ Ordem dos Advogados do Brasil secção Rio de Janeiro.

1619, e também há registos oficiais do primeiro afro-americano nascido em solo americano em 1624, que foi William Tucker, filho de africanos (Karnal, et al., 2007).

Depois deste episódio, os vinte anos vindouros nos EUA foram de multiplicação da escravatura por todas as colónias norte-americanas.

“Aos plantadores, a escravidão negra foi parecendo cada vez mais vantajosa e seu número crescia bastante” (Karnal, et al., 2007, p. 63)

Existem relatos de alguns autores que afirmam que a escravatura norte-americana foi a mais cruel de todas, porque fora baseada nas leis anglo-saxónicas, fazendo do escravo mais um objeto do que um ser humano (Karnal, et al., 2007).

Para Frank Tannenbaum, historiador norte-americano, a escravatura da zona ibérica fazia do escravo parte de uma sociedade paternalista e fundamentada no Direito Romano, transformando-o num elemento da base da sociedade, mas num ser humano, porém nunca a opinião de nenhum negro escravizado foi ouvida para se saber qual foi a pior forma de tratamento por eles recebida.

O que concedia ao estado norte-americano legitimidade para tratar os negros escravizados de tal maneira? A legislação. Os registos da época citam que entre 1619 e 1860 cerca de 400 mil negros foram comercializados e levados de África para os EUA.

Nos EUA o percurso das mulheres negras não foi diferente do Brasil. As mulheres negras e feministas travaram uma dupla batalha, que era contra o sexismo e contra o racismo institucional, já que as mulheres negras no início do século XX se condicionaram a aceitar o sexismo como algo natural (hooks, 1984).

O sexismo institucional ou o patriarcado caminhava de mãos dadas com o racismo. Prova disto foram as leis criadas nos EUA a fim de promover que as escravas negras e seus filhos oriundos maioritariamente de violações fossem concebidos com o propósito de se tornarem escravos dos próprios pais, originando mais mão-de-obra gratuita (Davis, 1982).

As mulheres negras, por terem sido criadas para obedecer aos pais e homens negros, tornaram-se presas fáceis de serem capturadas em África para serem vendidas e escravizadas (hooks, 1984).

Os movimentos norte-americanos de libertação dos escravos no sul dos EUA não foram de todo movimentos que visavam a igualdade, pelo contrário, o que os homens brancos e donos de terra queriam era mão-de-obra barata – *“a luta do abolicionismo neste contexto foi uma luta de exploradores ricos industriais capitalistas contra os exploradores ricos rurais escravagistas”* (Davis, 1982), que nenhuma preocupação tinham com a libertação dos escravos.

As torturas a que as mulheres negras foram submetidas ainda na travessia do Atlântico quando sequestradas em África e trazidas em navios negreiros são de total horror.

“Os negreiros brancos não consideravam a africana uma ameaça, por isso eram armazenadas sem grilhões, mas os negros eram acorrentados uns aos outros (...). Só com a escrava negra o negreiro branco era livre de exercer o seu poder absoluto, pois podia hostilizá-la e explorá-la sem medo de retaliações. As escravas negras que andavam à vontade pelo convés eram presa fácil do homem branco que as quisesse violentar e atormentar (...) As mulheres eram açoitadas com violência se chorassem. Despiam-nas e espancavam-nas por todo o corpo (...). A nudez da africana era uma lembrança permanente da sua vulnerabilidade sexual. A violação era um método de tortura comum a que os negreiros recorriam para subjugar as negras obstinadas. A ameaça de violação ou outra forma de brutalização física inspirava terror na psique das africanas desterradas.” (hooks, 1984, pp.42-43)

As vivências e experiências que as africanas passaram nos navios negreiros serviram para moldar os seus comportamentos, pois eram utilizadas como forma de doutrinação destes corpos e personalidades para transformar um ser humano livre num escravo, visando transformar homens e mulheres que eram reis, rainhas e guerreiros (as) “independentes e arrogantes” em escravos dóceis e obedientes, onde o próximo passo era a destruição da sua dignidade, retirando o seu nome e o seu estatuto (hooks, 1984).

Muito depois da escravatura ter terminado continuou a persistir nos EUA uma onda de sabotagem à autoconfiança e amor-próprio da mulher negra, que foi fundamentada pelo “*ódio racial, controlo social e apartheid étnico*” (hooks,1984).

Nos anos seguintes pouco ou nada mudou em relação à situação dos negros escravizados, pois com a expansão político/territorial dos EUA mais mão-de-obra escrava era necessária nas plantações de algodão e tabaco, entre outras.

Foram criadas inúmeras leis para legitimar as atrocidades cometidas contra os escravos, como em 1662 onde foi criada a lei que determinava que a condição de escravo fosse dada pela mãe, ou seja, o filho de um colono inglês com uma africana ao nascer seria escravo.

Em 1669 outra lei criada dava ao amo a “liberdade” de tirar a vida do seu escravo sem nenhum sentimento de culpa, tratando o negro escravizado como coisa.

Em 1712 um novo código escravagista foi criado na Carolina do Sul, e nele havia uma proibição tácita dos escravos saírem aos domingos para a cidade, a fim de evitar “os ajuntamentos de negros”, pois os colonos brancos temiam a revolta dos escravos, que haviam aumentado exponencialmente em número.

Em 1740 os escravos tentaram envenenar o abastecimento de água de Nova York numa revolta pelos maus tratos recebidos.

Ocorreu com a primeira guerra mundial a imigração em massa para os EUA de europeus que fugiram de seus países em guerra, havendo assim grande oferta de mão-de-obra barata, mas mesmo assim os negros continuavam escravizados porque os seus amos não pagavam pelo seu trabalho.

Os EUA de 1830 em diante travaram guerras territoriais com o México a fim de tomarem para si o Texas, a Califórnia e o Novo México.

Os EUA estavam divididos por opiniões divergentes, do norte que era antiesclavagista e industrializado (que tinha trabalhadores imigrantes oriundos da Europa) e do sul que era extremamente escravagista e que dependia dos escravos para as suas plantações. E no meio disto tudo estavam os negros escravizados que não tinham poder de decisão quanto à sua situação, sendo obrigados a sofrer as maiores atrocidades sem nenhum direito a extinguir a sua condição de escravizados (Karnal, et al.,2007).

Quando um jovem advogado chamado Abraham Lincoln venceu as eleições de 1860, vislumbra-se uma nova era, pois Lincoln era favorável aos “*ideais de solo livre, trabalho e homens livres*”.

O seu discurso, porém, não agradou nem aos nortistas e nem aos sulistas, uma vez que era dúbio; ele acreditava numa “superioridade da raça branca”, tinha uma postura antiesclavagista, mas não se demonstrou um abolicionista. Em seguida acontece a guerra de Secessão, o que dividiu ainda mais o país e as opiniões.

Entre os anos de 1870 e 1900, a chamada “terra das oportunidades” fez com que mais de 20 milhões de europeus e asiáticos imigrassem para os EUA, quase dobrando a sua população que era de 40 milhões.

“O preconceito de grande parte dos norte-americanos, entretanto, acabou por julgar esses imigrantes. Chineses foram vistos como sujeitos de ‘raça inferior’, gente porca e portadora de doenças. Aos olhos da velha estirpe ‘de descendentes de anglo-saxões’, os europeus recém-chegados compunham uma massa de camponeses maltrapilhos e ignorantes. Destinados parcialmente ao trabalho mal remunerado das fábricas e ferrovias, os imigrantes acabaram por diminuir ainda mais o relativamente pequeno número de negros nos centros industriais, porque ‘os estrangeiros brancos ou amarelos’, mesmo os que não falavam inglês, eram mais aceitáveis nesses tipos de trabalho.” (Karnal, et al., 2007, p.86)

Em 1882, a fim de travar a entrada de mais imigrantes em solo norte-americano, a pressão da sociedade fez com que medidas governamentais fossem criadas, visando conter a imigração, como a proibição da entrada de chineses, presidiários, indigentes e criminosos, acrescentando a esta lista anarquistas e outros “elementos indesejáveis”. Em 1907 a proibição foi contra a entrada dos japoneses e em 1920 a proibição era contra a entrada dos latino-americanos e dos eslavos. Num país que crescia aceleradamente, “*alguns grupos étnicos como judeus e alemães progrediram economicamente mais rápido do que outros, como irlandeses e minorias raciais ...*”, onde os negros estavam incluídos (*ibidem*).

“Estrangeiros brancos, especialmente aqueles com qualificação profissional e/ou algum dinheiro, geralmente, deram-se melhor do que outros grupos que sofreram racismo sistemático”
(*ibidem*)

Os negros e os latino-americanos eram os alvos principais do racismo nos EUA desde há muito tempo, fazendo com que o nacionalismo exacerbado servisse para reiterar a fidelidade à nação, e a exclusão dos imigrantes dava-se através dos locais de moradia, serviços públicos e educação, ratificando na sociedade norte-americana as noções de raça superior e raça inferior.

Nos anos de 1890, oriundo do Sul ex-esclavagista, surge um movimento de subordinação racial, onde os negros perderam vários direitos que já haviam conquistado, dentre eles o direito ao voto, e foram sendo ainda mais segregados socialmente.

A segregação racial entre negros e brancos inicia assim a sua trajetória através das leis de Jim Crow, que vigoraram de 1876 até 1965. Eles não se podiam misturar ou conviver nos espaços públicos, transportes, escolas, serviços públicos, etc. Havia placas designando os locais para os brancos (“*white people*”) e locais para os negros (“*colored*”).

Atraídos por melhores condições e pela possibilidade de ter um emprego estável e menos discriminação racial, os negros do Sul, onde se concentrava 90% dos 10 milhões de negros que viviam nos EUA, começaram a rumar para o norte onde havia muitos imigrantes a ganhar a vida nas indústrias.

Entretanto, o sonho com o Norte mostrou-se na realidade um pesadelo, porque a segregação racial também lá existia e era informal, e os negros tiveram que conviver com diversas formas de violência racial, pois a eles restringiam os trabalhos domésticos ou braçais. Entretanto, comparativamente ao Sul, o Norte oferecia-lhes a possibilidade e a esperança de liberdade social e de prosperidade.

No século XX, e com os movimentos sociais em crescente organização, espalhados por todos os estados confederados, houve um ganho relativamente às questões feministas. O direito ao voto das mulheres e as reformas políticas e socioeconómicas que visavam defender direitos dos cidadãos de classes desfavorecidas

foram pilares de partidos como o Republicano e o Progressista. Entretanto os direitos de alguns grupos como os imigrantes, os negros e os pobres foram restringidos, pois ao mesmo tempo que as mulheres ganhavam o direito ao voto, muitos negros no Sul perderam o direito a votar.

Um grupo que havia sido extinto em 1870 que se autointitulava “defensores da tradição”, ressurgiu com força plena em 1915 – era o *Ku Klux Klan* (KKK). Se antes o seu objeto de “caça” eram os negros, na segunda aparição ampliaram a sua mensagem de ódio e de intimidação violenta, perseguindo e denunciando os imigrantes (católicos e judeus), feministas, socialistas, homossexuais e todos aqueles que julgassem ser uma ameaça individual ao “estilo americano de viver”.

Conseguiram captar mais de 4 milhões de americanos e americanas que se diziam cidadãos respeitáveis dos estados do Norte. Terminando a sua atuação nos fins dos anos 30, o grupo refletiu sem dúvida sentimentos nacionalistas e nativistas que ficaram enraizados na sociedade americana, e que de vez em quando voltam a surgir com manifestações em algumas cidades.

Ao longo do século XIX as mulheres negras foram o grupo com mais “*consciência da opressão sexista que qualquer outro grupo de mulheres na sociedade norte-americana alguma vez teve*” (hooks, 1984).

Com a segunda guerra mundial e a entrada dos EUA nela, era preciso suprir a lacuna da mão-de-obra deixada pelos homens que foram enviados em combate, e foi neste momento de crise “que mulheres, imigrantes e negros” puderam ter acesso ao pleno emprego e algumas mudanças sociais, criando espaços sociais e políticos onde mulheres e minorias puderam avançar nas “suas lutas pela igualdade e cidadania” que duraram pouco e perderam a sua força no pós-guerra. (Karnal, et al., 2007).

Com o fim da segunda guerra mundial o que se vê nos EUA é o aumento da “*segregação formal e informal, linchamento e violência policial, discriminação no emprego, na educação e nos serviços públicos, falta de direitos políticos e pobreza extrema – tudo isso caracterizava a vida de negros nos EUA*” (ibidem).

Os negros americanos tiveram em Martin Luther King um ícone de luta pelos seus direitos civis e de igualdade social, que vinham sendo perseguidos desde há muito nos estados do Sul. Em agosto de 1963, Luther King pronunciou o seu mundialmente

conhecido discurso pacifista “*I have a dream*”, devido aos massacres praticados contra manifestações dos negros no sul do país neste mesmo ano.

Nos anos 90, os negros pertencentes à classe média, devido à herança das conquistas nos anos 60, puderam aceder a profissões qualificadas em maior número. Através do próprio esforço e vontade, conseguiram ser 12% dos estudantes do nível superior, o que comparativamente aos anos 70 onde haviam sido 5 % é um aumento significativo, mas não suficiente para os ideais de igualdade.

A maior prova da diferença social entre brancos e negros nos EUA é demonstrada no fim dos anos 90 onde a renda familiar branca é quatro vezes maior do que a renda familiar negra (Fonte U.S Census Bureau, *ibidem*).

A ótica de segregação e invisibilização da mulher negra norte-americana fica clara após todos estes relatos na escrita de historiadores e pesquisadores sobre o tema.

Nos dias atuais, depois de terem passado por um governo com um presidente negro e democrata (Barack Obama), o primeiro presidente negro da história dos EUA, os norte-americanos “decidiram” através do voto levar ao poder um republicano com ideais de segregação, xenofobia, racismo e apartheid contra os imigrantes, principalmente os mexicanos, e investiram Donald Trump com tamanho poder que hoje muitos têm medo do que poderá vir a suceder nos próximos tempos do seu governo caso ele seja reeleito.

Se para o homem afro-americano a vida na sociedade norte-americana é sinónimo de violência e truculência policial, de menores condições de acesso a escolarização superior e aos melhores postos de trabalho, o que podemos dizer relativamente à mulher negra norte-americana é que a sua condição enquanto mulher é de ser duplamente invisibilizada, numa sociedade que é considerada a maior economia mundial, mas que a segrega e a exclui em razão da sua cor de pele, de maneira informal e indireta com a legitimidade concedida pelo Estado.

A visibilização da mulher negra na sociedade portuguesa infelizmente ainda não aconteceu, embora existam auspícios e iniciativas desde a implementação na ONU da Década do Afrodescendente.

Em Portugal, as vagas de imigração dos indivíduos de etnia africana começam pelos anos 60 e tendem a aumentar após o 25 de abril de 1974, aquando do fim da guerra do ultramar e da revolução dos cravos (Henriques, 2016).

Antes deste período quase inexistiam mulheres negras no território português. As primeiras que chegaram eram oriundas das ex-colónias, com o fim do colonialismo e maioritariamente fugindo das guerras civis que se instauraram em seus países de origem (*ibidem*).

Os homens negros vinham para trabalhar nas obras e as mulheres negras para serem as empregadas das limpezas, e há mais de quarenta e cinco anos assim tem sido e a reprodução mantém-se (*ibidem*).

No entanto, algumas conquistas já se notam através das novas gerações de mulheres negras jovens e escolarizadas, com trabalhos um pouco melhores do que os da geração de mulheres negras anterior, sem escolarização, mas ainda lidam com trabalhos precários e com baixos ganhos salariais mesmo que haja formação e escolarização melhor (*ibidem*).

Não vemos na sociedade portuguesa mulheres negras nos cargos de topo de grandes empresas, nos partidos políticos de poder, nas instituições públicas em cargos de chefia, nas universidades como professoras, nos telejornais como pivô, como protagonistas de peças teatrais, nos média nas telenovelas e filmes, por isso a mulher negra em Portugal não se sente representada, mas muitas vezes invisibilizada (*ibidem*).

A partir da Década do Afrodescendente, muitas associações e institutos de mulheres negras foram criados em Portugal, tendo mulheres como suas presidentes e no corpo administrativo, como por exemplo a FEMAFRO e o INMUNE.

Porém, a visibilidade da mulher negra a nível de sociedade que se espera e que se quer é muito mais alargada e envolve questões sociais, económicas e políticas.

O primeiro partido político em Portugal a ter uma mulher negra como segunda candidata da lista nas europeias de 2019 foi o partido LIVRE, na pessoa de Joacine Katar Moreira, 37 anos, luso-guineense, historiadora, doutorada pelo ISCTE, ativista, feminista e presidente do INMUNE.

Joacine não conseguiu eleger-se para as europeias, porém elegeu-se como única deputada pelo Partido Livre na Assembleia da República.

Outro partido político português, o Bloco de Esquerda, também no ano de 2019, elegeu uma mulher negra como deputada para a Assembleia da República. Ela é Beatriz Gomes Dias, tem 37 anos, é luso-senegalesa, professora de Biologia do ensino básico e secundário, aluna do mestrado em Comunicação na NOVA FCSH, ativista, antirracista,

membro do SOS racismo e fundadora e dirigente do Djass- Associação afrodescendentes.

E ainda o Partido Socialista elegeu uma mulher negra como deputada que é Romualda Fernandes de 65 anos, luso-guineense, jurista especialista em Direito Internacional aplicado às nacionalidades, condições de estrangeiros e Direito Humanitário.

A última eleição ficou marcada como uma grande conquista para as mulheres negras e sente-se os auspícios de mudanças na política portuguesa.

No início da escrita desta dissertação o atual governo havia criado um grupo de trabalho recomendando a recolha de dados étnicos-raciais para os próximos censos (2021), visto que na sondagem por eles encomendada à Universidade Católica 78 % dos inquiridos concordaram com a introdução das perguntas relativas à questão étnico-racial (nos próximos Censos), porém o INE (Instituto Nacional de Estatística) no mês de junho último chumbou a recomendação e a recolha não será feita porque o Conselho Superior de Estatística (CSE) considerou “*uma questão complexa, que exige mais recolha de informação*” (Francisco Lima, Presidente do INE em entrevista ao Jornal O Público de 17 de junho 2019), preferindo realizar antes um inquérito com estas questões durante o segundo semestre de 2021 (a fim de não concorrer com os Censos).

Com isto, podemos perceber três situações – que existe vontade política para mudanças, que há um desejo por parte dos cidadãos não brancos em serem contabilizados, que é preciso ter formação (INE) para saber como abordar a questão junto à sociedade para não ferir suscetibilidades. Portanto, para termos dados quantificáveis ou qualificáveis sobre a situação da invisibilização da mulher negra em Portugal teremos de esperar.

Com esta demora em podermos saber quantas são, onde estão, quem são, onde e como vivem, que cargos ocupam, qual o vencimento médio que auferem, só se atrasa todo e qualquer ganho que poderíamos ter como sociedade igualitária, que contribuiria para a desconstrução da discriminação e do racismo de uma parte da população que faz a diferença, uma vez que são estas mulheres que fazem o trabalho que a maioria não quer fazer “*nas limpezas de casas, hotéis, escritórios e restauração*” (Henriques, 2016).

Os únicos dados de que temos conhecimento foram obtidos através de associações existentes em Portugal que enviaram em 2016 para a ONU uma carta a

pedir políticas específicas para as comunidades afrodescendentes que dividia o retrato das desigualdades em Portugal da seguinte forma: educação, justiça, violência policial, condições de vida, trabalho, habitação e saúde, nacionalidade, cidadania e mulheres negras (*ibidem*).

As mulheres negras tornaram-se invisibilizadas, é a conclusão de todos os autores que tiveram como objeto de pesquisa a mulher negra nas sociedades colonizadas, e, com algumas nuances, percebemos que o processo de invisibilização se deu de forma um pouco diferente em algumas sociedades, mas semelhante noutras.

3.2 Principais semelhanças e diferenças nas três sociedades

As semelhanças são muitas nestas três sociedades, relativamente às questões do colonialismo, do patriarcado, do contexto da escravatura, do tratamento dado aos negros escravizados, da invisibilização das mulheres negras, do sexismo, da discriminação diversa, dos vários tipos de violência sofrida por estas mulheres, da falta de equidade de direitos e deveres, da inexistência da ascensão sociocultural e económica, da desigualdade e da não representatividade.

Há também semelhanças percebidas em duas das três sociedades, no que respeita à forma como se deu a integração social dos negros escravizados no Brasil e em Portugal (a miscigenação e o não apartheid dos negros nestas sociedades), gerando uma sociedade diversificada cultural e socialmente, mas que tem em si mesma traços do racismo e da discriminação que não deveriam mais existir, por todos os motivos (Ribeiro, 2017).

Diferentemente do que acontece nos EUA, o Brasil nos últimos anos vem-se mostrando muito preocupado com a situação socioeconómica dos negros (Atlas da Violência, 2018). E o Estado português começa a “preocupar-se” com as vozes que se têm levantado a cobrar medidas para reparar as desigualdades (em vários aspetos) vividas pelos negros.

Não se pode ignorar que os atuais governos de vários países de extrema-direita e os seus nacionalismos extremistas contribuem e muito para que as formas de opressão se reproduzam, gerando mais apartheid, exclusão, desigualdade, racismo, xenofobia e um enorme atraso em todos os avanços que se têm conseguido nesta área ao longo destes anos (Ribeiro, 2017).

Capítulo IV

A percepção das mulheres negras em relação à dupla discriminação

4.1. Considerações metodológicas

Com a análise qualitativa (entrevistas) através dos depoimentos de dez mulheres de um grupo totalmente heterogéneo, com idade, nacionalidade, escolarização e local de moradia diferentes, o objetivo pretendido era encontrar os elos que pudessem explicar que a discriminação não é um ato isolado que afeta somente as mulheres negras de uma determinada classe social, mas que é linear e transversal a todas.

O método de amostragem utilizado foi o da bola de neve tendo como estratégia de abordagem e aproximação à população alvo a conversa informal com mulheres negras minhas conhecidas, dizendo-lhes que precisava de entrevistar mulheres negras para a minha dissertação. As primeiras contactaram algumas amigas que se dispuseram a participar nas entrevistas.

Com as entrevistadas, a minha abordagem inicial no momento anterior à entrevista foi explicar que estou a fazer uma investigação com mulheres para a minha dissertação de mestrado, sobre a situação da mulher em Portugal nos dias atuais.

Quanto à técnica de aplicação da entrevista, foi construído um guião de entrevistas⁵, com 21 perguntas abertas estruturadas, que integraram também o inquérito online que fiz circular na minha conta pessoal do Facebook.

Quanto à idade, queria obter como entrevistadas mulheres negras com idades entre os dezoito e mais de cinquenta anos, para que pudesse perceber se existiam diferenças no discurso em razão das discriminações sofridas.

Relativamente à nacionalidade, tentou-se aferir se havia mais mulheres de uma determinada nacionalidade que se sentiam mais discriminadas do que outras, e, se sentiam, que tipo de discriminação era a mais comum.

No que diz respeito à escolarização, a questão passava por saber se mulheres negras com mais habilitações sofriam mais ou menos discriminação que as outras

⁵ O guião de entrevistas está disponível num anexo nas págs. 62 e 63.

mulheres negras com menos habilitações ou se o grau de habilitação não gera diferença nas questões discriminatórias.

Sobre o local de moradia, comparativamente à escolarização, queria saber se havia cruzamento destas variáveis, para poder entender se as habilitações literárias influenciavam diretamente na escolha ou no acesso aos locais de moradia.

Neste universo de entrevistadas, seis delas tem nacionalidade portuguesa, porém apenas duas nasceram e cresceram em Portugal, três são cabo-verdianas, três são angolanas, uma é brasileira e uma é guineense; cinco estão em idades entre os trinta e um e os quarenta anos, duas entre os quarenta e um e os cinquenta anos e três têm idade superior aos cinquenta anos⁶.

4.1.1. A dupla (in)visibilização na primeira pessoa

No decorrer das entrevistas, durante as respostas, algumas problemáticas sociais evidenciaram-se no discurso das entrevistadas, algumas pela própria vivência delas nos espaços públicos e outras pela vivência de mulheres negras próximas delas, como a mãe, a irmã, a filha, a amiga, etc.

“Deveria haver um respeito né (sic)...as vezes há algo, principalmente do homem quando percebe que você é brasileira, até o imitar, sempre há esse quê. Eu penso que não é uma coisa legal né(sic), até porque nós não fazemos isso” (V. Oliveira, 34 anos, luso-brasileira)

“No espaço público qualquer mulher pode ser agredida, porque o espaço público é dos homens, a questão da segurança pelo tom de pele ... preocupar-me-ia muito” (C. Ribeiro, 49 anos, portuguesa)

Situações sociais que são de conhecimento de todas as mulheres, independentemente do tom de pele, e de forma unânime, como a falta de segurança nos

⁶ Dados que estão disponíveis para consulta numa tabela sociodemográfica num anexo na pág. 61.

espaços públicos a qualquer hora do dia ou da noite, ou o receio da violência que pode ser cometida contra elas apenas por serem mulheres.

“Sofri um episódio de racismo que tive medo, atravessando um grupo de skinheads em Portugal, tive muito medo, isso foi nos anos oitenta quase noventa. Discriminação na infância sim, mas agora não” (C. Ribeiro, 49 anos, portuguesa)

Elas têm a percepção que o Estado não as vê e não tem políticas públicas focadas nas problemáticas sociais que envolvem mulheres, para além de não saber “orientar” os trabalhadores das empresas públicas para lidar com o público sem discriminá-lo.

“Eu senti muita discriminação nos serviços públicos quando cheguei (sic) para viver em Portugal, por que não sei ler nem escrever, as pessoas não tinham paciência comigo e explicavam as coisas (sic), mas como eu não percebia muito bem (sic) as pessoas fartavam-se logo, e eu tinha que voltar várias vezes ao mesmo sítio para tentar resolver coisas simples.” (M. Monteiro, 63 anos, cabo-verdiana)

“Na triagem o tratamento de humilhação da funcionária portuguesa com a colega era por ela ser brasileira (sic)... existe um estereótipo sobre a mulher brasileira em Portugal...ela humilhou a colega de todas as formas, e ela não baixou a guarda e disse ‘você não tem porque prejudicar a senhora, ela tem tudo’... a senhora brasileira lutou aquela causa como se fosse minha(sic) (queria dizer dela, mas estava irritada ao contar e relembrar o episódio), ela viu que eu estava a ser vítima de preconceito.” (M. Lobo, 43 anos, angolana)

Há questões que elas deixam muito claras também no seu dia-a-dia e na vida privada, como por exemplo relações de conjugalidade abusivas, falta de respeito dos seus companheiros (machismo, subjugação, violência psicológica, verbal e física, falta de parceria na divisão dos trabalhos domésticos e de responsabilidades com os filhos).

“O meu ex-companheiro achava inadmissível um homem participar nas tarefas domésticas, pagava uma mulher há dias para fazer(sic), e dizia (sic) a zombar: ‘vamos dividir assim, eu sujo e tu limpas’... deixava claro(sic) que a vida dele era muito mais importante do que a minha” (C. Ribeiro, 49 anos, portuguesa)

“Ele não divide..., ele não ajuda... não quer(sic),acha que não tem obrigaçãoe que como eu sou mulher eu tenho que fazer tudo... eu já pedi várias vezes filha(sic)... várias vezes e ele não faz...” (F. Lopes, 32 anos, cabo-verdiana)

Nos espaços profissionais há falta de respeito pelo trabalho e menosprezo, que envolve desde questões salariais até questões de pontuações baixas nas avaliações de resultados apenas por serem negras, patrões abusivos que simplesmente humilham por causa da cor da pele, da desconfiança (acusações de roubo subtis) até o verbalizar de forma direta.

“O trabalho feito por mim seria avaliado completamente diferente do que um feito por uma pessoa branca e numa conversa aberta chegou a relatar que era normal que fosse assim...” (F. Semedo, 39 anos, portuguesa)

“Eu costumo dizer assim(sic), além de haver racismo em Portugal também há muita ignorância, eu sinto muito estar a falar isso de um país que me recebeu, mas também onde eu comi

o pão que o diabo amassou(sic), a ponto de eu fazer(sic) um telefonema para responder a uma entrevista de emprego, tudo marcadinho, e quando eu vou ter com a senhora ela olha diretamente na minha cara e me diz 'não sabia que você era preta', eu acho que não falo bem o português, mas como tenho pouca pronúncia..." (A. Anjos, 53 anos, angolana)

Quando questionadas sobre a ascensão da mulher negra em Portugal, sobre os cargos profissionais relevantes e se se sentem representadas, são taxativas.

"Não me vejo representada nos cargos de topo em Portugal porque não há mulheres negras no poder." (F. Lopes, 32 anos, cabo-verdiana)

"Não me vejo representada nos cargos de topo porque institucionalmente se nota que estes cargos estão reservados à uma elite que se considera ariana." (F. Semedo, 39 anos, portuguesa)

Falam dos ataques verbais gratuitos dos desconhecidos nos espaços públicos, nas situações mais simples do dia-a-dia, como "*ó preta vai para a tua terra*", "*a preta, pensa que é quem?*" e até mesmo expressões já entronizadas na cultura portuguesa que denotam racismo, como "*Viu-se negro para cá chegar*" ou "*Trabalhar como uma negra*".

"Teve um senhor, que foi levar uma nota rasurada, manchada e eu lhe disse que não poderia aceitar, até chamei a minha chefe e tudo(sic) e ela disse que não podia aceitar e que iria chamar a polícia...ele começou a fazer um grande escândalo eu trabalhava no atendimento da Galp energia, a minha chefe disse ok então vou chamar a polícia...e depois chama a

polícia(sic), aí ele virou e disse ‘só vem merda pra cá, porque não fica lá no teu país.’ (V. Oliveira, 34 anos, luso-brasileira)

“Não me sinto bem tratada(sic) na sociedade portuguesa por causa do racismo...eu não acho que existe racismo, há mesmo...as pessoas não falam diretamente, mas há.” (F. Lopes, 32 anos, cabo-verdiana)

“O meu filho Pedro que vai fazer 22 anos, ele nunca estudou numa escola portuguesa em Portugal, porque eu tive receio, que ele fosse não só alvo da discriminação, mas que lhe fosse impingido todo aquele ensino ideologicamente racista e fascista que existe em Portugal, e eu tenho medo que a minha neta Ayla ainda seja alvo disso, porque isto está a andar muito lento, há uma evolução há... eu estou há trinta anos em Portugal e há uma evolução, mas para quem é alvo de discriminação é muito lento...é. Era possível ir mais rápido é, até porque estamos a falar de questões estruturais, e as questões estruturais dependem essencialmente de vontade política... falta a vontade política.” (L. Moniz, 57 anos, angolana)

“Tenho muito medo pelo meu filho, que é jovem e negro, medo da violência policial que agride e mata em Portugal. Eu mesma já vi muitas situações de violência policial nos comboios da linha de Cascais sobretudo com os homens negros” (M. Silva, 33 anos, luso-cabo-verdiana)

Há também olhares discriminatórios que apenas insinuam que o posto de trabalho que está a ocupar não é seu por mérito, que está a roubar o lugar de um(a) português (a) branco (a), ou que o lugar onde mora não devia ser para viver, quando muito lá devia ir trabalhar como empregada doméstica.

“Ah, claro!(sic), não tem preto que não sentiu discriminação em Portugal(sic). Aquela da rua, a estrutural, se um próprio primeiro-ministro pergunta à uma deputada se ela está a referir-se à ele pelo tom da pele...” (L. Moniz, 57 anos, angolana)

São situações que nos remetem para o que pior pode haver num ser humano (a violência gratuita, o racismo e a discriminação), mas que para as mulheres negras com quem conversei são do mais comum e inquietante possível. Todas concordam em unísono que devem ocorrer mudanças urgentemente.

“O que precisa mudar urgente em Portugal são as mentalidades, porque todos somos iguais, independente da cor da pele, não é a cor da pele que nos define, é o carácter.” (A. Anjos, 53 anos, angolana)

“As mudanças sociais devem começar por instituir quotas na sociedade, com ações afirmativas para colmatar o ambiente institucional fechado, elitista, racista, machista e branco para salvaguardar a representatividade dos negros no Estado Português” (J. Moreira, 37 anos, luso-guineense)

“Eu queria que tivesse mais respeito entre os brancos e os pretos, ninguém é mais que ninguém(sic), somos todos iguais por debaixo da pele.” (M. Monteiro, 63 anos, cabo-verdiana)

“Acho que as mudanças na sociedade portuguesa só acontecerão se houver vontade de mudar as mentalidades e que se pudesse instituiria as quotas raciais para equilibrar as desigualdades étnico-raciais que existem em Portugal” (M. Silva, 33 anos, cabo-verdiana)

“O meu maior medo é que a minha neta fosse ainda vítima da quádrupla discriminação: porque pra mim as mulheres negras africanas e afrodescendentes sofrem quatro tipos de discriminação, a discriminação étnico-racial, a discriminação de género pela sociedade e pela discriminação socioeconómico, e discriminação por estrangeirização, e há uma interseccionalidade entre todas elas, e que quando ela crescer na escola comece ali todo o processo de discriminação, porque é ali na educação onde as coisas deveriam começar por mudar, mas é aí onde há as maiores falhas” (L. Moniz, 57 anos, angolana)

Após analisar atentamente os comentários dessas mulheres, às questões que iam sendo levantadas, refletidas e respondidas, o que se pôde observar foi a raiz do problema, que é estritamente estrutural e que tem a ver com a construção social da identidade negra ou da “negritude”, como alguns autores preferem.

Ser-me-ia sempre impossível ficar indiferente diante da discriminação sofrida pelas mulheres negras, mas mais tendo em conta que a construção social da identidade negra pode afetar as raparigas negras, quando estas não se vêem positivamente representadas na sociedade portuguesa na cultura, nas artes, no desporto, nos médias, etc.

A construção social deve começar a ser moldada na socialização primária do indivíduo. Como refere Machado Pais, a construção sociológica da juventude é um conjunto social que depende da forma como se atua no contexto familiar e educativo para a formação e construção do Eu individual que está a ser moldado.

A fim de podermos intervir na construção social da identidade negra é necessário começarmos já as mudanças indispensáveis para o aumento da representatividade que se quer ver sentida, de modo que se evite continuar a cometer os erros que cometemos nos dias atuais da reprodução social, que o racismo estrutural só reforça.

Devemos mobilizar-nos enquanto cidadãos e cobrar medidas a nível educacional, legislativo, judicial, político e social para que sejam urgentemente

implementadas na sociedade portuguesa, visando minorar essa problemática social que atinge tantas pessoas.

4.1.2. Um olhar sociológico sobre a (in)visibilização nalguns espaços e tempos de Lisboa

Com a análise quantitativa (observação não participante) através dos dados obtidos, o objetivo era o de aferir se de facto a etnia é uma variável importante para ser utilizada quando falamos de subempregabilidade, precarização laboral e trabalhos subvalorizados, consequentemente fazendo relação direta com menor poder de compra, menor escolarização, pior moradia e condições de subsistência.

A observação não participante decorreu durante os meses de janeiro a março de 2018, período em que eu estava a trabalhar numa empresa de segurança como vigilante, prestando serviço num dos postos da Segurança Social em Entrecampos.

Sendo o meu horário de trabalho neste posto das 06h às 14h, o que me fazia acordar antes das 05h e estar nos transportes públicos neste horário, enquanto socióloga resolvi fazer um estudo de observação não participante já a pensar na minha dissertação.

O primeiro autocarro da linha 793 (Marvila / Estação Roma-Areeiro) do dia era aquele em que eu viajava e ia fazendo as minhas anotações durante o trajeto. Contava quantas mulheres estavam no autocarro, quantas destas eram negras e mestiças, quais eram as conversas àquela hora da manhã, se falavam em crioulo ou línguas africanas e se às vezes misturavam o português.

As mulheres negras diziam que iam para as casas das patroas ou para o escritório X ou Y limpar e que a chefe era exigente, que tinham de deixar tudo limpo até às 08h, pois a essa hora os empregados começavam a chegar para trabalhar nos seus postos.

Depois que descia do autocarro 793 na paragem final (Estação Roma-Areeiro), entrava no comboio que vinha da linha de Sintra - Lisboa, por algumas estações, para ir de carruagem em carruagem contando as mulheres negras, ouvindo algumas histórias e observando outras que iam a dormir porque era inverno e fazia muito frio àquela hora da manhã.

Em número, as mulheres em ambos os transportes eram maioritariamente negras e trabalhavam em empresas de limpezas e/ou casas de família ou hotéis, e algumas tinham dois ou mais trabalhos⁷.

Observei ainda nestes dois meios de transporte, nas mesmas datas, algumas mulheres brancas portuguesas, algumas de características indianas, paquistanesas, nepalesas ou tailandesas, algumas brasileiras, algumas do leste e não vi nenhuma oriental (chinesa ou japonesa), nem vi nenhuma mulher de etnia cigana, não sabendo dizer o motivo para que tal situação ocorra. Talvez fosse necessário aprofundar mais a observação e alargá-la a mais horários.

O que esperava obter com esta observação não participante era uma análise qualitativa a nível da caracterização sociodemográfica das mulheres negras que residem na linha de Sintra comparativamente às mulheres que residem em Lisboa em alguns bairros sociais por onde circula o autocarro 793, como Chelas, Zona J e a Bela Vista, e saber onde elas são maioria e qual o trabalho que desempenham através das conversas ouvidas.

Os dados analisados e obtidos nos dois tipos de transporte são dados a que infelizmente não se consegue atribuir o peso de uma variável estatística porque apenas foram analisados pela ótica da minha observação. Demonstram que maioritariamente as mulheres negras vivem na linha de Sintra e trabalham em casas de família como empregadas domésticas. Comparativamente, as mulheres negras que vivem em Lisboa nos bairros onde o autocarro 793 circula trabalham nas limpezas de escritórios e de hotéis.

Neste trabalho académico gostaria de poder chegar a conclusões mais objetivas e conclusivas, porém neste momento lamento não ser possível, pois falta uma ferramenta importantíssima de análise epistemológica que são os dados da contagem étnico-racial inexistente em Portugal.

⁷ Dados que estão disponíveis numa tabela para consulta na pág. 64.

Capítulo final

Considerações finais

Ao longo deste trabalho académico foram analisadas obras de vários autores nacionais e internacionais que pesquisaram e teorizaram sobre a problemática social da discriminação de género, do racismo estrutural, da invisibilização da mulher negra e da interseccionalidade, onde os autores são unânimes em afirmar que os vários tipos de discriminação existentes têm na mulher negra o seu principal alvo. Sendo ela o sujeito da minha análise, a constatação que faço é de que recaem maioritariamente sobre ela, na sociedade portuguesa, as discriminações de género, de raça e de classe.

A minha maior dificuldade foi a de conseguir obter dados empíricos em Portugal que me pudessem facultar uma análise estatística de dados que me revelasse a realidade da mulher negra que vive no território português, a fim de obter maiores conclusões sobre este trabalho, podendo-se afirmar categoricamente a veracidade ou a não veracidade em Portugal da realidade dos factos que alguns autores internacionais como Djamila Ribeiro (filósofa), Kimberlé Crenshaw (jurista) e Bell hooks (filósofa) obtiveram nas suas conclusões, pois não há em Portugal um estudo feito sobre a realidade da população negra portuguesa nem da população negra imigrante.

A pesquisa empírica foi realizada através da recolha de dados nas dez entrevistas realizadas com mulheres negras e mestiças, de diversos estratos sociais, idades e nacionalidades.

Após a análise qualitativa das entrevistas, o que se conseguiu verificar é que as mulheres com maior nível de escolarização (doutorado, mestrado, licenciaturas e 12º ano) são aquelas que detêm os trabalhos mais qualificados e mais bem remunerados, tendo em conta que a mulher negra doutorada é investigadora e presidente de um instituto, a mestra é administrativa numa ONG, as licenciadas exercem trabalhos técnicos, no magistério e na comunicação social.

Uma outra questão observada é que as mulheres graduadas vivem em bairros considerados mais nobres em Lisboa ou próximos de Lisboa, exceto a mestra que nasceu, cresceu e vive num bairro social em Cascais.

Já as mulheres com os menores níveis de escolarização e sem escolarização são as que possuem os trabalhos precários mal remunerados e vivem em bairros sociais, confirmando a teoria da interseccionalidade que ajuda a desconstruir o censo comum e a ratificar que as ligações entre o género, a classe e a raça não são um mero acaso.

Como bem refere Patrícia Branco no contexto europeu e a falar sobre os direitos das mulheres, a interseccionalidade é como uma “ferramenta de análise”, que pode facultar-nos observar de que forma os diferentes tipos de identidades existentes irão aceder aos direitos e às oportunidades, e que é na intersecção deles que iremos verificar as diferentes formas de opressão e privilégio.

Nas entrevistas em profundidade, tentei analisar se para algumas questões formuladas as respostas seriam semelhantes, para interpretar se a discriminação, o racismo e a invisibilização ocorre da mesma maneira para todas as mulheres negras, independentemente da sua idade, nacionalidade e escolarização. E sim, a discriminação não escolhe a mulher negra por nenhum desses itens, uma vez que é linear a todas.

Quando perguntadas sobre a questão da discriminação apenas uma das mulheres disse não ter sofrido discriminação, e mais adiante corrigiu-se dizendo que sim, e que sofreu discriminação do próprio companheiro pelo facto de ser mulher e ele achar que era ela que tinha a obrigação das lides domésticas.

Foi ainda abordada a questão do Estado como propulsor do racismo estrutural para saber se as opiniões diferiam, e espantosamente foram unânimes em dizer que o Estado português é omissivo quanto à situação de invisibilização do negro em Portugal, e que as instituições públicas não são preparadas para tratar todos os cidadãos de forma igualitária, sem atitudes racistas ou discriminatórias.

Questionadas sobre quais as mudanças que queriam ver acontecer em breve na sociedade portuguesa, a resposta foi em uníssono a mudança de mentalidades, e outras ainda disseram que querem mudanças na educação a fim de que nas escolas se ensine a verdadeira história de África, que elas afirmam estar impregnada de mentiras sobre os negros. E algumas querem a implementação de quotas étnico-raciais a fim de dirimir as diferenças e tornar a sociedade portuguesa mais igualitária para as minorias étnico-raciais. Apenas uma entrevistada fez referência a que a mudança deva iniciar-se pelo respeito dos brancos relativamente aos negros e vice-versa.

Tratando-se das mudanças desejadas um assunto bastante complexo, as mulheres negras entrevistadas têm a plena convicção de que é algo muito difícil de acontecer para breve, mas ainda assim fazem questão de persistir e dizem que não desistirão de lutar para que tais mudanças aconteçam para as futuras gerações de mulheres negras em Portugal.

Como referi anteriormente, paralelamente às entrevistas, fiz circular um inquérito online que foi formulado partindo do seguinte pressuposto: perguntas para mulheres brancas e para mulheres negras, que visavam a recolha de informações que me pudessem ajudar a perceber comparativamente entre os dois grupos qual a extensão das desigualdades existentes.

O universo de pessoas que desejava ver abrangido no inquérito era de um número amplo de mulheres negras e não negras, portuguesas e estrangeiras, de idades entre os dezoito e maiores de cinquenta anos, que se identificasse como pertencendo ao género feminino, de qualquer cidade de Portugal continental e ilhas. Partindo dessas premissas tive a ideia de fazer circular um inquérito a nível nacional, contando apenas com a rede social Facebook.

O inquérito esteve disponível durante dois meses, de 22 de outubro de 2018 até 19 de dezembro de 2018, obtendo um total de duzentas e cinco respondentes mulheres de várias cidades de norte a sul de Portugal continental, das ilhas dos Açores e da Madeira, de várias idades, diversos estratos sociais, profissões variadas, múltipla escolaridade, todos os estados civis, orientações sexuais diversas e com opiniões divergentes e semelhantes em vários aspetos.

O inquérito quantitativo possui quarenta perguntas divididas por seis secções, a secção um com perguntas generalistas como idade, nacionalidade, área de residência, escolaridade, orientação sexual, etc; a secção dois as perguntas são mais direcionadas para a saúde sexual e reprodutiva da mulher; a secção três só há uma pergunta com um direcionamento político (a saber com qual partido a respondente se identifica mais em Portugal) a secção quatro as questões passam pela vida profissional; na secção cinco são perguntas sobre a representatividade (se as mulheres se sentem representadas nos principais meios de comunicação); e a secção seis são perguntas sobre a temática da violência e da discriminação.

Os dados do inquérito online realizado no âmbito deste estudo não serão mobilizados neste momento, devido à escassez de tempo de qualidade para analisá-los.

Assim, para que a análise não fique comprometida ou envie as minhas considerações finais optei por não o incluir nesta dissertação. Contudo, os dados do inquérito não estão perdidos, pois espero que em breve consiga trabalhá-los como é meu desejo e assim obter deles um melhor resultado empírico de modo a poder partilhá-los com a sociedade portuguesa, com o desejo de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Com a esperança de que os políticos portugueses através de legislação específica possam instituir a criação de quotas na sociedade, visando diminuir a desigualdade no acesso ao ensino superior de jovens negras (os), proporcionando assim uma maior equidade no acesso aos cargos profissionais mais elevados no futuro, deixo a sugestão para que haja uma alteração na legislação portuguesa, no que diz respeito à questão da nacionalidade: que esta seja concedida a qualquer pessoa que nasça no território português (Jus soli), visando reparar uma injustiça social discriminatória com as (os) cidadãs(ãos) negras(os) portuguesas(es) filhos de pais estrangeiros que nascem em Portugal, mas que ainda assim não adquirem a nacionalidade instantânea.

Desde que iniciei o mestrado, tinha em mente o tema da (in)visibilidade, que logo passou a (in)visibilização da mulher negra em Portugal, pela razão já explicada, que gostaria de aprofundar através de estudos empíricos e epistemológicos para o transformar numa dissertação, por ser uma inquietação minha latente e constante. No entanto, ao dar início à escrita desta dissertação, não consegui prever que aprenderia tanto sobre algo que pensava conhecer profundamente por experiência de vida - a problemática do que é ser mulher negra, aliada a outros tipos de discriminação.

As leituras foram por mim absorvidas com todas as dores, angústias e lutas pelas quais passaram as mulheres negras que foram arrancadas de África, sendo em mim forjadas a ferro em brasa, como forjaram os corpos negros das minhas antepassadas, mulheres negras, lindas e fortes que nasceram livres e foram escravizadas.

Poema

Vozes-Mulheres

A voz de minha bisavó

ecoou criança

nos porões do navio.

ecoou lamentos

de uma infância perdida.

A voz de minha avó

ecoou obediência

aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe

ecoou baixinho revolta

no fundo das cozinhas alheias

debaixo das trouxas

roupagens sujas dos brancos

pelo caminho empoeirado

rumo à favela.

A minha voz ainda

ecoa versos perplexos

com rimas de sangue

e

fome.

A voz de minha filha

recolhe todas as nossas vozes

recolhe em si

as vozes mudas caladas

engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha

recolhe em si

a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.

Na voz de minha filha

se fará ouvir a ressonância

o eco da vida-liberdade.

(Conceição Evaristo, 2008,21)

Referências bibliográficas citadas

- Adichie, C. N. (2015). *Todos devemos ser feministas*. Alfragide: Publicações D. Quixote.
- Almeida, S. (2018). *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento.
- Alves, A.A. J. (2015). *O combate internacional ao racismo a partir da conferência de Durban e as implicações na política brasileira*. Artigo UFPE Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Beauvoir, S. (1949). *O segundo sexo*. Vol 1. Lisboa: Quetzal.
- Borges, J. (2017). *Não somos apenas bunda! Ou sobre a erotização da mulher negra: Ser mulher negra é um processo de reencontro cotidiano, de reconstrução da identidade que nos foi tomada e negada*. Forum. Consultado em agosto, 2019, disponível em <https://revistaforum.com.br/colunistas/nao-somos-apenas-bunda-ou-sobre-erotizacao-da-mulher-negra/>
- Bourdieu, P. (2010). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Butler, J. (2017). *Problemas de género: Feminismo e subversão da identidade*. Traduzido por Nuno Quintas. Lisboa: Orfeu Negro.
- Censo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -2018 - <https://ww2.ibge.gov.br/home/>
- Crenshaw, K. (1989). *Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics*, Vol 1989: Iss. 1,139-167. University of Chicago Legal Forum.
- Davis, A. (1982). *Women, race and class*. Londres, Reino Unido: The Women's Press Lda.
- Duarte, M. & Oliveira, A. (2012). *Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes*. Sociologia, Vol.2. Porto jun. 2012 versão impressa ISSN 0872-3419
- Evaristo, C. (2008). *Poemas de recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Editora Malê.

- Freyre, G. (1931). *Casa-grande & senzala. Formação da economia brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. Pernambuco: Fundação Gilberto Freyre/ Global Editora.
- Giddens, A. (2013). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonzalez, L. (1983). *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS nº 2 , 223-244.
- Gonzalez, L. (1988). *A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social*. Revista Raça e Classe , ano 2, nº 5, 2.
- Henriques, J. G. (2016). *Racismo em português: O lado esquecido do colonialismo*. Lisboa: Tinta da China.
- Henriques, J. G. (2018). *Racismo no país dos brancos costumes*. Lisboa: Tinta da China.
- hooks, b. (1984). *Não serei eu mulher?* 3ª ed. Lisboa: Orfeu Negro.
- Karnal, L., Purdy, S. e Fernandes, L. E. (2007). *História dos Estados Unidos: Das origens ao século XXI*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro/ Editora Contexto.
- Lisboa, M. (2016). *Metodologias de investigação sociológica: problemas e soluções a partir de estudos empíricos* . Vila Nova de Famalicão: Humus.
- Machado, L. F. (2001). *Contextos e percepções de racismo no quotidiano*- Artigo ISCTE IUL- Consultado em julho de 2019, Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/408>
- MacKinnon, C. (1989). *Toward a feminist theory of the State*. Cambridge, EUA: Harvard University Press.
- Marcelina, E. (2016) *Mulheres incríveis*. 3ª ed. Belo Horizonte: Nandyala Livraria e Editora.
- Mead, G. H., Joas, H. e Hubner, D. R. (1939). *Mind, self and society*. The definitive edition. Chicago. The University of Chicago Press.
- Pais, J.M. (1990). *A construção sociológica da juventude-alguns contributos**. Revista Análise Social, Vol XXV (105-106), (1.º, 2.º), 139-165.
- Pereira, M. M. (2017). *Power, Knowledge and Feminist Scholarship: an Ethnography of Academia*. 2017. UK : Editora Routledge. Edição: 1
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento.

Sistema de Segurança Interna – Gabinete do Secretário Geral. *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2017*. 2017. Lisboa: Governo de Portugal.

Scott, J. (1995). *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade (2): p.77. Tradução Guacira Lopes Louro versão em francês.

União de Mulheres Alternativa e Resposta, (2017). *Relatório CAM*. Lisboa: UMAR.

Weber, M. (1967/1968). *Ciência e política: Duas vocações*: São Paulo: Dunker e Hunblot.

Referências bibliográficas consultadas

Amâncio, L. (1993) *Gênero: Representações e identidades*. Sociologia, Problemas e práticas, (4), 128-138. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/909>

Amâncio, L. (2003). *O gênero no discurso das ciências sociais*. Revista Análise Social (168): XXXVIII.

Batista, W. M. (2018). *A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural*. Revista Direito e Práxis, 9 (4), 2581-2589.

Branco, P. (2008). Do gênero à interseccionalidade: considerações sobre MULHERES, hoje e em contexto europeu - Revista Julgar - N.º 4 – 2008, 110.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Traduzido por Maria Helena Kuhner. Lisboa: Difel.

Costa & Sardenberg, (2008). *O feminismo do Brasil: Reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher.

Damásio, A. (2017). *A estranha ordem das coisas*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Durkheim, É. (1984). *A divisão do trabalho social*. 5ª ed. Lisboa: Editorial Presença.

Durkheim, É. (1998). *As regras do método sociológico*. 7ª ed. Lisboa: Editorial Presença.

Lipovetsky, G. (1997). *A terceira mulher. Permanência e revolução no feminino*. Lisboa: Instituto Piaget.

Mbembe, A. (2014). *A crítica da razão negra*. Traduzido por Marta Lança. Lisboa: Antígona.

Miskolci, R. (2012). *O desejo da nação: Masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: AnnaBlume.

Prado Jr., C. (1997). *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. 23^a ed. São Paulo: Brasiliense.

União de Mulheres Alternativa e Resposta, (2017). *Relatório CAM*. Lisboa: UMAR.

Anexos

Tabela 1. Informação sociodemográfica de cada entrevistada (n= 10, entrevistas)

Entrevista	Idade	Naturalidade	Nacionalidade	Local de Residência	Nível de Escolaridade	Profissão	Estado Civil	Nº de Filhos
1	49	Portugal	Portuguesa	Avenidas Novas, Lisboa	Licenciatura	Executiva de contas	Solteira	0
2	32	Cabo Verde	Portuguesa	Queluz- Belas	10º ano	Empregada de limpezas	Solteira	3
3	33	Portugal	Portuguesa	Bairro da Torre, Cascais	Mestrado	Administrativa em ONG	Solteira	1
4	53	Angola	Angolana/Port.	Bairro da Torre, Cascais	4ª classe	Empregada doméstica	Solteira	4
5	63	Cabo Verde	C. Verdiana/Port.	Bairro da Torre, Cascais	Sem escolarização	Desempregada	Solteira	3
6	43	Angola	Angolana	Almada	Licenciatura	Professora em Angola	Casada	3
7	37	Guiné	Portuguesa	Arroios, Lisboa	Doutoramento	Investigadora	Divorciada	1
8	57	Angola	Angolana/Port.	Sintra	Licenciatura	Jornalista	Viúva	2
9	39	Cabo Verde	Portuguesa	Sintra	Licenciatura	Assistente técnica	Solteira	3
10	34	Brasil	Portuguesa	Sete Rios, Lisboa	12º ano	Assistente técnica	União de facto	0

Anexo 2

Guião de entrevistas

Introdução

Deixar claro que a identidade da entrevistada não será revelada e o seu nome será substituído pela inicial do nome ou por um nome fictício, se ela desejar que a entrevista seja anónima; que as gravações serão apenas utilizadas por mim e pela minha orientadora científica para facilitar o acesso ao conteúdo respondido e transcrição para o trabalho; que ela não é obrigada a responder a qualquer questão que não deseje responder; que não há respostas certas ou erradas, o que importa é a informação que ela irá disponibilizar; que eu poderei voltar a entrar em contacto para futuras perguntas que possam ocorrer durante o momento da análise da entrevista e pedir o acordo na gravação.

Apresentação:

“Meu nome é Sanie Reis e, como sabe, estou a fazer uma investigação com mulheres para a minha dissertação de mestrado, sobre a situação da mulher em Portugal”

*pedir que ela se apresente dizendo a idade, onde mora, nacionalidade, naturalidade, escolaridade, orientação sexual e estado civil.

Conte-me um pouco como é ser mulher em Portugal nos dias atuais.

1- Qual a sua profissão?

2- Em que setor profissional se enquadra a sua profissão?

3- Neste momento está a trabalhar?

4- Na empresa em que trabalha vê-se representada nos cargos de topo? Chefia, diretoria e presidência?

5- Tem filhos ou filhas? Quantos?

6- Qual o maior medo que tem para o futuro da sua filha (se tiver filha)?

7- Acha que o facto de ser casada (se for casada/união de facto) e/ou ter filhos (se for mãe) a impediu de progredir profissionalmente? Se sim, porquê?

8- Como é ser mulher e mãe que trabalha fora e em casa (se for mãe)? O marido/mulher, companheiro/companheira (se viver numa relação de conjugalidade) divide as tarefas? Se sim, porquê? Se não, porquê?

9- Alguma vez se sentiu prejudicada profissionalmente por causa da vida familiar?

10- Sente-se bem inserida na sociedade portuguesa? Se sim, porquê? Se não, porquê?

11- Participa de alguma atividade coletiva (clubes, marchas, etc...) com pessoas de outras etnias ou nacionalidades ou só da sua? E porquê?

12- Qual foi o maior contributo que a sua comunidade étnica deu para a sociedade portuguesa?

13- Do que mais sente falta na sociedade portuguesa para se sentir totalmente em casa?

14- Qual a maior dificuldade que enfrentou/enfrenta por ser mulher negra/mestiça?

15- Alguma vez sentiu medo por ser mulher negra/mestiça? Se sim, porquê?

16- Sofreu discriminação pelo facto de ser mulher negra/mestiça nos últimos 12 meses? Se sim, de que tipo?

17- Sofreu algum tipo de violência pelo facto de ser mulher negra/mestiça nos últimos 12 meses? Se sim, de que tipo?

18- Quem foi o autor desse acto de violência?

19- Deu a conhecer a alguém que foi vítima de violência?

20- Denunciou a violência de que foi vítima junto de alguma autoridade competente?

21- Se pudesse realizar alguma mudança na sociedade portuguesa, que fizesse a diferença para as futuras gerações de mulheres negras, qual seria?

Anexo 3**Tabela da observação não participante**

	Autocarro 793 - Marvila- Est. Roma- Areeiro 05:30	Nº de dias/ mês	Comboios Sintra -Lisboa 05:40	Nº de dias / mês
Jan.	1 viagem = 35 mulheres/dia	21 dias úteis	5 carruagens total = 30 mulheres/dia	21 dias úteis
Fev.	1 viagem = 38 mulheres/dia	20 dias úteis	4 carruagens total= 25 mulheres/dia	20 dias úteis
Mar.	1 viagem = 38 mulheres/dia	23 dias úteis	5 carruagens total = 30 mulheres/dia	23 dias úteis
	total= 64 viagens = 2369 mulheres	64 dias úteis	total= 64 viagens = 1820 mulheres	64 dias úteis
M. Negras	Das 2369 mulheres observadas, 2132 eram negras ou mestiças.		Das 1820 mulheres observadas, 1660 eram negras ou mestiças	